

RELATÓRIO E CONTAS

2005



ESTORIL SOL SGPS SA

ESTORIL SOL, SGPS, S.A. Sociedade Aberta

Capital social integralmente realizado 59.968.420 Euros

Sociedade Anónima com sede na Rua Melo e Sousa, nº. 535 Estoril - Cascais

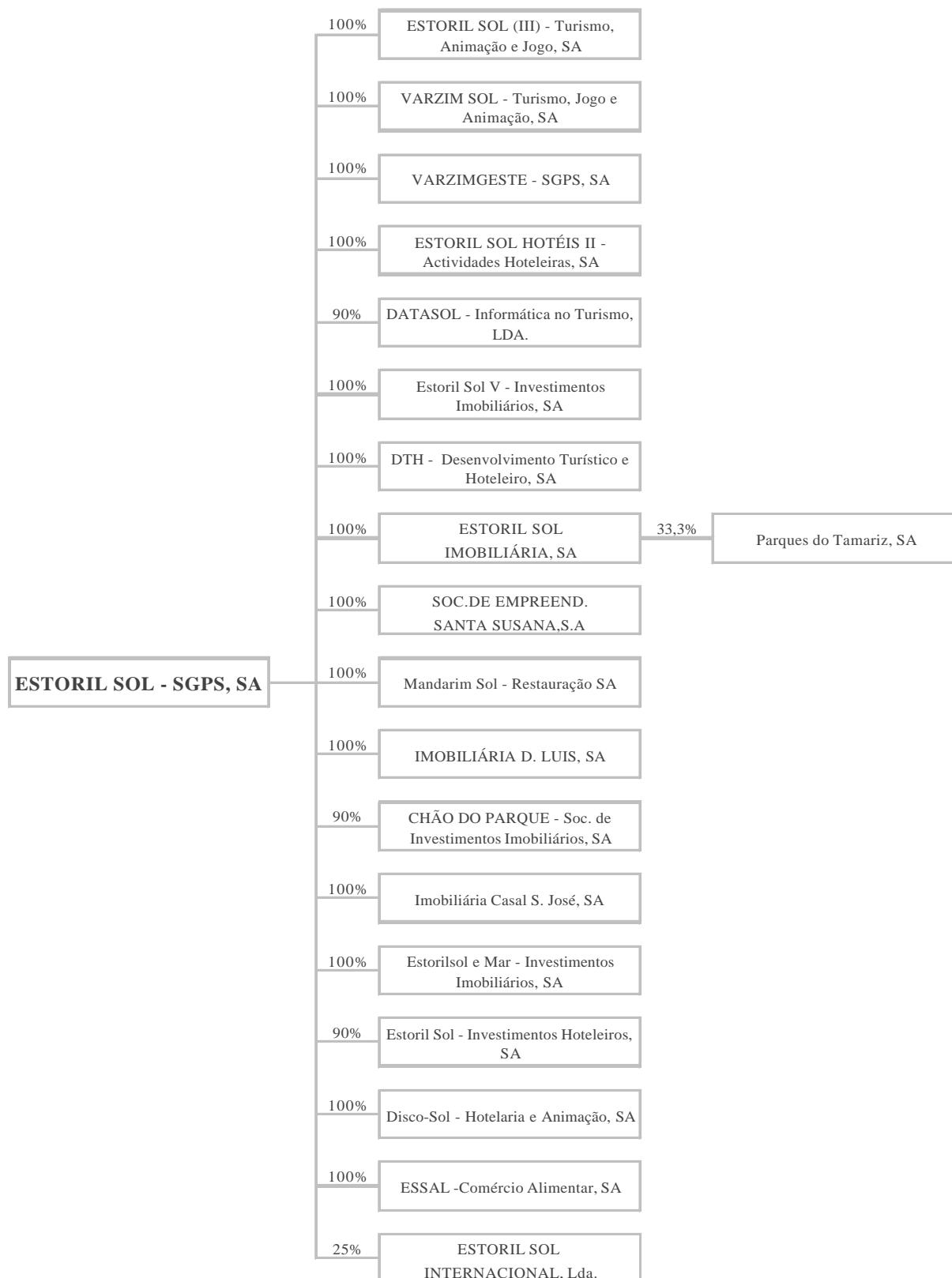
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais sob o nº. 053

Pessoa Colectiva nº. 500.101.221

ÍNDICE

Organograma do Grupo Estoril Sol.....	1
Órgãos Sociais.....	2
Relatório de Gestão.....	3
Proposta de Aplicação de Resultados.....	11
Anexo ao Relatório do Conselho de Administração.....	12
Participações Qualificadas.....	13
CONTAS INDIVIDUAIS	
Demonstração de Resultados.....	14
Balanços.....	15
Demonstração dos Resultados por Funções.....	17
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	18
Anexo à Demonstração de Fluxos de Caixa.....	19
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	20
Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria.....	57
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	59
CONTAS CONSOLIDADAS	
Balanços.....	27
Demonstração de Resultados.....	28
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	30
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	32
Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria.....	60
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	62
Anexo ao Relatório de Gestão - do Governo da Sociedade.....	63
Extracto da acta da Assembleia Geral de 20 de Abril de 2006.....	71

GRUPO "ESTORIL-SOL"



ORGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	- Miguel Galvão Teles
Vice-Presidente	- Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
Secretário	- Paulo Castro Varzielas

CONSELHO CONSULTIVO

Presidente	- Américo Amorim
Vogais	- Rui José da Cunha - Fausto Correia

COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE VENCIMENTOS

Stanley Hung Sun Ho
Ambrose So
João de Sousa Ventura

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	- Stanley Hung Sun Ho
Vice-Presidentes	- Mário Alberto Neves Assis Ferreira
Vogais	- Choi Man Hin - Ambrose So - António José Pereira - António José de Melo Vieira Coelho - Vasco Esteves Fraga - Huen Wing Ming Patrick - Jorge Armindo Teixeira (por cooptação)

CONSELHO FISCAL

Presidente	- Lampreia & Viçoso, SROC representada por - José Martins Lampreia
Vogais	- José Carlos Correia Estorninho - Mário Pereira Pinto
Suplentes	- Donato João Lourenço Viçoso

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Carlos Alberto Francisco Farinha
Artur Alexandre Conde de Magalhães Mateus

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

- Lampreia & Viçoso, SROC
representada por José Martins Lampreia

Senhores Accionistas

Em cumprimento e nos termos das disposições legais e estatutárias, vimos apresentar e submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, e as contas individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

A Estoril Sol, S.A. foi constituída em 25 de Junho de 1958, tendo como objecto social “a exploração da concessão em exclusivo da zona permanente de jogos de fortuna e azar do Estoril, abrangendo também os ramos de comércio ou indústria dele afins”.

Em 17 de Junho de 1985 celebrou com o Estado Português um novo contrato de concessão, para a exploração da Zona de Jogo Permanente do Estoril, com início em 1 de Janeiro de 1987 e termo em 31 de Dezembro de 2005.

Por Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/99 de 22 de Julho, a Estoril Sol, SA, foi autorizada, nas condições aí estabelecidas, a transferir para outra sociedade por si integralmente detida, a posição contratual que possuía no contrato de concessão da exploração de jogos de fortuna ou azar na zona de jogo permanente do Estoril.

Assim, foi constituída em 17 de Agosto de 2001 uma nova sociedade denominada “ESTORIL SOL (III) – Turismo Animação e Jogo, SA” para a qual, em 1 de Outubro de 2001, foi transferida a posição contratual da ESTORIL SOL, SA no contrato de concessão da exploração de jogos no Casino Estoril e, bem assim, todos os patrimónios, direitos e obrigações correlacionados com a exploração da referida concessão de jogo do Estoril.

Em 18 de Março de 2002, a ESTORIL SOL, SA alterou o seu estatuto jurídico para “Sociedade Gestora de Participações Sociais, SGPS”, deixando por tal facto de exercer directamente, qualquer actividade económica.

2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

Tendo em conta o novo objecto social da Estoril Sol, SA e as limitações legais daí resultantes, constituiram-se, em 18 de Março de 2002, várias sociedades cujo capital social, integralmente detido pela ESTORIL SOL, SGPS, foi realizado com entradas em espécie constituídas por imóveis pertencentes ao imobilizado.

As sociedades que assim foram constituídas são: ESTORIL SOL (V) – Investimentos Imobiliários, S A; CHÃO DO GOLFE – Sociedade de Investimentos Imobiliários, SA; Imobiliária Casal de S. José, SA; CHÃO DO PARQUE - Sociedade de Investimentos Imobiliários, SA; Imobiliária D. Luís, SA; Estoril Sol e Mar – Investimentos Imobiliários, SA e Estoril Sol – Investimentos Hoteleiros, SA.

A Estoril Sol, SGPS, SA, detém indirectamente através das suas associadas, interesses no sector do Turismo e em particular na actividade de jogo em Casinos, pela exploração das concessões de jogos de fortuna ou azar das zonas de jogo permanente do Estoril e da Póvoa de Varzim. Supletivamente, detém interesses no sector imobiliário.

No âmbito das competências estatutárias, acompanhámos as administrações das associadas no estudo e desenvolvimento de novos projectos, com particular cuidado na materialização do investimento do Casino Lisboa e, bem assim, a preparação e concretização de acções que envolvem a valorização ou alienação de activos imobiliários não afectos ao core business.

Tendo por referência as opções estratégicas definidas para o grupo e os planos operacionais das associadas, acompanhámos de forma sistemática e detalhada a implementação dos planos de racionalização das operações e de contenção de custos em todas as associadas.

3. PROJECTOS EM DESENVOLVIMENTO

SECTOR IMOBILIÁRIO

Terrenos do Parque de Palmela

Em cumprimento do protocolo celebrado com a C.M. de Cascais em 3 de Fevereiro de 2003 e da sua actualização de 24 de Setembro de 2004, prosseguiram as acções tendentes à aprovação da proposta de plano de pormenor para a área e de um estudo prévio para um empreendimento imobiliário a edificar nos terrenos em que está implantado o Hotel Estoril Sol e cujo valor global de investimento, incluindo o valor dos terrenos, está estimado em cerca de 100 milhões de Euros.

Relatório de Gestão

Considerando as fases já percorridas e a tramitação processual ainda necessária à obtenção da aprovação do projecto pela Câmara Municipal de Cascais, prevê-se que a celebração do contrato de compra e venda dos terrenos venha a ocorrer no decurso de 2006.

Prédio urbano denominado “Hotel Miramar” no Monte Estoril.

Trata-se de um terreno urbano também abrangido pelo protocolo celebrado com a C.M. de Cascais em 3 de Fevereiro de 2003. Em observância ao citado protocolo foram desenvolvidos, durante o exercício, os estudos tendentes à elaboração de uma proposta de plano de pormenor para a área e de um estudo prévio para um empreendimento turístico a implantar no terreno de que é proprietária a associada DTH.

Prevendo-se que a proposta de plano de pormenor e o estudo prévio estejam concluídos no decurso de 2006, foram já iniciadas negociações com vista à alienação daquele prédio urbano, único activo imobiliário da empresa, sendo condição prévia dessas negociações que os potenciais interessados assumam a responsabilidade de respeitar, na íntegra, o protocolo assinado com a C. M. de Cascais.

Terreno do Golfe

Perante os constrangimentos urbanísticos que impossibilitavam a rentabilização dos activos detidos pela associada Chão do Golfe, S.A. procedemos, no final de 2005, à venda daquela sociedade.

Parque de estacionamento no Estoril

No âmbito de uma parceria entre a empresa municipal D.T.C.E., a GISPARQUES e a Estoril Sol Imobiliária, SA, foi constituída a sociedade PARQUES DO TAMARIZ com o objectivo de proceder à construção de estacionamento subterrâneo, com áreas comerciais, nas áreas envolventes ao Casino Estoril.

O projecto referente ao parque de estacionamento a construir a norte do Casino Estoril, com capacidade para 700 lugares, encontra-se em fase de reajustamento técnico, prosseguindo os contactos com a Câmara Municipal de Cascais.

CASINOS

Casino Lisboa

Após a consideração de várias alternativas de localização, foi decidido celebrar com a PARQUE EXPO, em Dezembro de 2004, o contrato para a compra do antigo “Pavilhão do Futuro”, ao qual imediatamente se seguiram a elaboração dos projectos e a adjudicação das respectivas obras de construção.

A tramitação processual, embora com algum atraso inicial, foi-se desenvolvendo dentro das melhores expectativas de prazo, tendo o consórcio construtor desenvolvido todos os seus esforços no sentido de viabilizar a inauguração do novo Casino Lisboa no próximo dia 19 de Abril, conforme já anunciado publicamente.

Atendendo à dimensão, complexidade e esforço financeiro que o investimento do Casino Lisboa envolve, promovemos, durante o exercício, um acompanhamento sistemático e empenhado das acções que a administração da Estoril Sol III foi desenvolvendo na concretização daquele investimento. Testemunhamos a adopção de soluções técnicas inovadoras que em muito contribuirão para tornar o edifício do Casino num espaço de referência da cidade, o processo de subcontratação das actividades de animação e restauração, sempre orientado por uma preocupação de garantia de qualidade, a implementação do plano de racionalização dos serviços de back-oficce que passarão a ser comuns aos dois casinos e o exemplar programa de recrutamento e formação de pessoal, quer a contratar, quer a fazer destacar do Casino Estoril. Acompanhamos, também, com especial atenção, as negociações com a banca destinadas a assegurar os financiamentos necessários à viabilização daquele investimento.

4. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2005, a ESTORIL SOL, SGPS, SA era detentora das seguintes participações financeiras:

ESTORIL SOL (III) – TURISMO ANIMAÇÃO E JOGO, SA, constituída em 26 de Julho de 2001, com sede no Estoril, tem como objecto social a exploração de jogos de fortuna ou azar nos locais permitidos por lei e, complementarmente, pode ainda explorar os ramos de turismo, hotelaria, restauração e animação, bem como prestar serviços de consultoria nessas áreas de actividade. O seu capital social de 34 milhões de Euros é detido a 100% pela ESTORIL SOL, SGPS, SA.

VARZIM SOL - ANIMAÇÃO, TURISMO E JOGO, SA, com sede na Póvoa de Varzim, tem por objecto social, em particular, explorar a concessão de jogo da zona da Póvoa de Varzim. Tem um capital social de 20.000.000 Euros. A ESTORIL SOL, SGPS detém directamente 88,8% do capital social da Empresa e, indirectamente, 11,2% por via da Varzimgeste, SGPS, SA.

Relatório de Gestão

VARZIMGESTE - Investimentos e Participações , SGPS,SA, constituída em 4 de Julho de 1994, com sede no Porto, tem como objecto social a gestão de participações sociais. O seu capital social de 24.940 Euros é detido a 100% pela ESTORIL SOL, SGPS, SA. Tem como único investimento financeiro uma participação de 11,2% no capital social da Varzim Sol – Animação, Turismo e Jogo, SA.

ESTORIL SOL HOTÉIS II, SA - Sociedade com um capital social de 2.291.350 Euros, detido a 100% pela Estoril Sol, SGPS, SA. Até Abril de 2003, teve por actividade a exploração do Hotel Estoril Sol. Presentemente, a empresa não desenvolve qualquer actividade económica.

DATASOL- INFORMÁTICA NO TURISMO, LDA - Empresa de prestação de serviços informáticos, com um capital social de 17.458 Euros, que é detido em 90% pela ESTORIL SOL, SGPS, SA, sendo os restantes 10% detidos pela própria DATASOL. Presentemente, a empresa não desenvolve qualquer actividade económica.

DISCO SOL - HOTELARIA E ANIMAÇÃO, SA - Com um capital social de 498.798 Euros é participada a 100% pela ESTORIL SOL, SGPS, SA. Presentemente, a empresa não desenvolve qualquer actividade económica.

SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SANTA SUSANA, SA – Com um capital social de 4.564.001 Euros, é detida a 100,0% pela ESTORIL SOL, SGPS, SA. Presentemente, a empresa não desenvolve qualquer actividade económica.

DTH - DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E HOTELEIRO, SA - Com um capital social de 2.429.146 Euros, é detida a 100% pela ESTORIL SOL, SGPS, SA. É proprietária de um terreno no Monte Estoril, onde existiu o antigo Hotel Miramar.

ESTORIL - SOL IMOBILIÁRIA, SA - Com 7.232.570 Euros de capital social, é detida a 100% pela ESTORIL SOL, SGPS, SA. Tem como objecto social a construção, promoção, gestão e venda de empreendimentos turísticos e imobiliários. Mantém-se sem actividade comercial desde a sua constituição.

MANDARIM SOL - RESTAURAÇÃO, SA – Com 50.000 Euros de capital social, é detida a 100% ESTORIL SOL, SGPS, SA. Explora o restaurante Mandarim, instalado no Casino Estoril, junto aos jardins.

ESTORIL SOL – Investimentos Hoteleiros, SA - Com um capital social de 10.835.000 Euros, detido em 90% pela ESTORIL SOL, SGPS, SA. É proprietária de um prédio urbano, (denominado Hotel Estoril Sol), sito no Parque de Palmela, em Cascais.

CHÃO DO PARQUE - Sociedade de Investimentos Imobiliários, SA - Com um capital social de 750.000 Euros, detido em 90% pela ESTORIL SOL, SGPS, SA. É proprietária de dois lotes de terreno para construção sitos no Parque de Palmela, em Cascais.

IMOBILIÁRIA D. LUÍS, SA - Com um capital social de 3.556.000 Euros, detido integralmente pela ESTORIL SOL, SGPS, SA. Presentemente, a empresa não desenvolve qualquer actividade económica.

IMOBILIÁRIA CASAL DE S. JOSÉ, SA - Com um capital social de 785.000 Euros, detido integralmente pela ESTORIL SOL, SGPS, SA. Presentemente, a empresa não desenvolve qualquer actividade económica.

ESTORIL SOL (V) – Investimentos Imobiliários, SA - Com capital social de 50.000 Euros, detido integralmente pela ESTORIL SOL, SGPS, SA. É proprietária de um prédio rústico sito na Ericeira.

ESTORILSOL e MAR – Investimentos Imobiliários, SA - Com um capital social de 361.000 Euros, detido integralmente pela ESTORIL SOL, SGPS, SA. É proprietária de um prédio urbano, sito na Rua Melo e Sousa, no Estoril.

PARQUES DO TAMARIZ - SOCIEDADE EXPLORAÇÃO DE PARQUES DE ESTACIONAMENTO, SA - A ESTORIL SOL SGPS detém, através da Estoril Sol Imobiliária, SA, uma participação de 500.000 Euros correspondente a 33,3% do capital social da sociedade. A empresa tem vindo a desenvolver um projecto que visa promover a construção de um parque de estacionamento subterrâneo em terrenos contíguos ao Casino Estoril.

ESSAL - COMÉRCIO ALIMENTAR, SA -Com um capital social de 24.940 Euros, é detida a 100% pela ESTORIL SOL, SGPS, SA. Suspendeu a sua actividade em 31 de Março de 1996.

ESTORIL SOL INTERNACIONAL, SA - A ESTORIL SOL, SGPS, SA detém uma participação de 25% no capital social desta sociedade. A empresa está sem actividade desde há vários anos.

5. ACCÕES e DIVIDENDOS

O capital social da ESTORIL SOL, SGPS, SA era, em 31 de Dezembro de 2005, representado por 11.993.684 acções, valor nominal unitário €5,00, das quais 6.116.779 são acções nominativas e 5.876.905 acções ao portador.

A ESTORIL SOL, SGPS, S.A. possuía, à data da elaboração do presente relatório, 34.900 acções próprias, não tendo no decurso do exercício, efectuado quaisquer transacções com acções próprias..

As acções da empresa estão cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa desde 14 de Fevereiro de 1986.

A Empresa distribuiu no exercício de 2005, um dividendo líquido por acção de 0,18 Euros referente ao resultado obtido em 2004. No decurso do exercício foram transaccionadas em Bolsa, 40.328 acções representativas do capital social da Empresa, cuja cotação mínima e máxima foi de 6,60 e 9,40 Euros, respectivamente.

A Empresa tem como accionistas de referência a FINANSOL – Sociedade de Controlo, S.A. (SGPS), e a AMORIM-ENTERTAINMENT E GAMING INTERNATIONAL, SGPS, SA, titulares de 59,1% e 31,9%, respectivamente, de acções representativas do capital social e dos direitos de voto da Estoril Sol, SGPS.

6. POLÍTICA FINANCEIRA

Para fazer face às exigências financeiras decorrentes dos significativos investimentos que o desenvolvimento dos contratos de concessão de jogo implicam, as empresas do grupo têm prosseguido uma política financeira orientada pela preservação da sua independência financeira, maioritariamente apoiada pelos meios libertos anualmente e pela sua capacidade de obtenção de crédito, recorrendo nesta área a um conjunto diversificado de instrumentos financeiros, nomeadamente emissão de Obrigações, emissão de Programas de Papel Comercial e utilização de linhas de crédito, cujo custo vem sendo sistematicamente optimizado.

7. NORMATIVOS CONTABILISTICOS

A Estoril Sol, SGPS, SA, decorrente da sua qualidade de sociedade aberta e no cumprimento das disposições legais em vigor, tendo como referência a data 1 de Janeiro de 2005, passou a elaborar as demonstrações financeiras consolidadas das empresas que constituem o Grupo ESTORIL SOL em conformidade com as IFRS – Normas Internacionais de Relato Financeiro.

A obrigatoriedade da Empresa passar a adoptar, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as Normas Internacionais de Contabilidade na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas determinou, em tempo, a constituição de uma “task force” com a colaboração de consultores externos, com o objectivo de:

- Diagnosticar, identificar e documentar as diferenças existentes entre as políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo e os IFRS;
- Definir os procedimentos contabilísticos e operacionais necessários à adopção dos IFRS;
- Quantificar o impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Estoril Sol, reportadas a 31 de Dezembro de 2003 e datas posteriores da sua divulgação, decorrente das políticas identificadas;
- Implementar os procedimentos previamente identificados, adaptar processos e converter as demonstrações financeiras de acordo com os IFRS.

Efectuamos testes ao Goodwill decorrente da compra da participação financeira na Varzim Sol e Varzimest tendo-se concluído pela não existência de imparidade.

A informação financeira consolidada agora apresentada, foi preparada com base no nosso entendimento das normas internacionais de contabilidade e respectivas interpretações, incluindo IAS – International Accounting Standards, IFRS - International Financial reporting Standards, SIC actualmente em vigor, SIC Interpretations, aqui designado globalmente por IFRS.

Contudo, as demonstrações financeiras individuais, relativas a 2005, da ESTORIL SOL, SGPS, SA e das empresas do Grupo, foram preparadas de acordo com o POC e as directrizes contabilísticas portuguesas.

8. CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Decorrente do seu estatuto jurídico “Sociedade Gestora de Participações Sociais, SGPS”, a empresa deixou por tal facto de exercer directamente qualquer actividade económica. Assim, os proveitos operacionais não têm expressão material pelo que os Resultados Operacionais do exercício, negativos em 2.375.991,58 Euros, expressam os custos suportados com o funcionamento normal da sociedade.

Os Resultados Financeiros, positivos em 6.717.767,49 Euros, decorrem da aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização das participações sociais nas associadas.

O Resultado Líquido do exercício, contas individuais, foi de 4.795.514,00 Euros.

Contas Consolidadas

As empresas do Grupo ESTORIL SOL desenvolvem as suas actividades predominantemente no sector de Turismo.

O Grupo ESTORIL SOL através do Casino Estoril e do Casino da Póvoa de Varzim, detidos pela Estoril Sol III e pela Varzim Sol respectivamente, detêm importantes interesses na exploração da actividade de Jogo em Casinos Portugueses.

Os Casinos Estoril e da Póvoa de Varzim, detinham 57,3% de quota do mercado nacional de casinos.

A actividade económica desenvolvida pelas empresas do Grupo ESTORIL SOL gera proveitos nas áreas de Jogo, Restauração e Animação, sendo que as receitas de Jogo representam, por si só, 83,5% do total dos proveitos consolidados.

Os proveitos consolidados do exercício, líquidos de impostos, no montante de 106,4 milhões Euros, registaram um ligeiro acréscimo face aos valores obtidos no período homólogo de 2004.

Os custos consolidados, no montante de 93,9 milhões de Euros, expressam uma redução de 2% relativamente a igual período de 2004.

O EBITDA alcançado no exercício, de 34,2 milhões de Euros, corresponde a uma margem de 32,0% dos proveitos operacionais.

O resultado líquido consolidado do exercício, de 3,1 milhões de Euros, expressa uma melhoria de 3,9 milhões de Euros relativamente ao resultado registado em 2004.

Caso as contas consolidadas do Grupo tivessem sido elaboradas com base no normativo contabilístico português, o resultado consolidado do exercício teria sido de 8.624.150 Euros, contra o resultado de 7.182.986 Euros relativo ao ano de 2004.

RELATIVAMENTE ÀS EMPRESAS DO GRUPO SALIENTAMOS:

ESTORIL SOL, (III) – TURISMO, ANIMAÇÃO E JOGO, SA.

CASINO ESTORIL

O Decreto-Lei nº 275/2001, em 14 de Dezembro de 2001, estabeleceu a prorrogação, até 31 de Dezembro de 2020, do contrato de concessão da exploração de jogo de fortuna ou azar na zona de jogo permanente do Estoril, cujo termo inicial era o dia 31 de Dezembro de 2005.

O referido contrato de prorrogação envolveu o estabelecimento de uma contrapartida a pagar ao Estado no montante global de € 98.761.983,62, dos quais €57.643.181 foram pagos na data da escritura do contrato de prorrogação, 16 de Dezembro de 2001, e os remanescentes €41.118.803 foram distribuídos em 10 prestações semestrais e iguais, corrigidos pelo valor da inflação, com inicio em 2 de Janeiro de 2002.

CASINO LISBOA

O Decreto-Lei nº15/2003, autorizou a Estoril Sol (III), SA a instalar um Casino em Lisboa, inserido na concessão da zona de jogo do Estoril.

Nos termos da referida autorização e para além da concessionária ter ficada obrigada a respeitar na sua construção os requisitos que haveriam de ser fixados em Portaria específica e a assegurar 600 lugares de estacionamento para apoio ao funcionamento do Casino, resultou também a obrigatoriedade de:

- Pagar ao Estado uma contrapartida inicial de 30 milhões de Euros, a preços de 2002, a liquidar em quatro prestações anuais de igual valor, a primeira das quais já paga aquando da celebração do aditamento ao contrato de concessão; a segunda prestação até ao dia 31 de Dezembro do ano em que se iniciar a exploração do Casino e as restantes duas prestações até 31 de Dezembro dos anos seguintes.

Relatório de Gestão

- Prestar uma contrapartida anual correspondente a 50% das receitas brutas dos jogos explorados no Casino de Lisboa;

Após a consideração de várias alternativas de localização, foi decidido celebrar com a PARQUE EXPO, em Dezembro de 2004, o contrato para a compra do antigo “Pavilhão do Futuro”, ao qual imediatamente se seguiram a elaboração dos projectos e a adjudicação das respectivas obras de construção.

A tramitação processual, embora com algum atraso inicial, foi-se desenvolvendo dentro das melhores expectativas de prazo, tendo o consórcio construtor desenvolvido todos os seus esforços no sentido de viabilizar a inauguração do novo Casino Lisboa no próximo dia 19 de Abril, como já anunciado publicamente.

O investimento inicialmente previsto sofreu alguns ajustamentos decorrentes quer de imposições da tutela, quer da adopção de novas soluções tecnológicas e de “layout” que no desenvolvimento dos projectos e das obras foram assumidas como vantajosas em termos de exploração e de modelo de negócio, delas se destacando novos espaços para jogo, prevendo-se que o investimento global afecto ao novo Casino Lisboa, incluindo as contrapartidas ao Estado e encargos fiscais, ascenda aos 108,9 milhões de Euros, o que traduz um acréscimo de cerca de 20% em relação à previsão inicial a que se reportava o relatório do ano transacto.

Financiamento

No decurso de 2005 a empresa deu continuidade à política de contratação de linhas de crédito de médio longo prazo visando adequar a maturidade média dos financiamentos obtidos ao perfil financeiro dos investimentos em curso, mantendo, contudo, a possibilidade de reduzir o seu endividamento, sem penalizarão de comissões, sempre e quando puder dispor dos meios financeiros que a empresa-mãe espera libertar através da alienação de activos imobiliários e através dos meios libertos pela sua actividade corrente.

No final do ano a empresa tinha 133,4 milhões de Euros de responsabilidade por financiamentos contraídos, sendo 51,8 milhões relativos a emissões de papel comercial, 34 milhões de obrigações e 37,5 milhões em outras linhas de crédito.

Balanço

O activo líquido total no final do exercício de 2005, totalizava 275,9 milhões de Euros, superior em 7,4% ao registado em igual momento de 2004. Esta evolução é justificada, em particular, pelo acréscimo de imobilizado corpóreo em curso decorrente dos trabalhos de construção do Casino Lisboa.

Importa salientar que o investimento em imobilizado incorpóreo líquido (prémios da concessão) representava 52,7% do activo total no final de 2005.

O passivo total registou no período um acréscimo 17,0 milhões de Euros, mais 8,4% que o montante registado em igual período de 2004, exclusivamente justificado pelo acréscimo de financiamentos contraídos para financiar o investimento em curso do Casino de Lisboa.

O passivo da empresa para com o Estado relativo a prestações de prémios de concessão e à contrapartida anual de jogo, não vencidas, totalizava 54,1 milhões de Euros no final do ano.

A forte capacidade de libertar fundos evidenciada pela empresa permitiu, ainda assim, registar ao nível dos seus capitais próprios, no final de 2005, um acréscimo de 2,0 milhões de Euros.

Reflectindo o esforço de investimento em curso, a autonomia financeira da empresa, no final do exercício, era de 20,6% contra 21,3% em igual momento do ano anterior.

Proveitos e Custos

As receitas de jogo (excluídas as receitas de Bingo) geradas pelos casinos portugueses, no ano de 2005, no montante de 307,7 milhões de Euros, expressam uma recuperação económica - ainda que modesta - do sector de 3,6% relativamente ao exercício anterior.

As receitas de jogo de máquinas registaram em 2005 um crescimento de 2,8%, tendo as receitas dos jogos tradicionais crescido 8,3%. Este acréscimo nos jogos tradicionais não foi, ainda assim, suficiente para recuperar a quebra acumulada de 22,0% dos jogos tradicionais registada nos últimos quatro anos, representando, no final de 2005, 13,4% do total das receitas brutas de jogo nacionais, quando, em 2001, correspondiam a uma quota de 18,5%.

Relatório de Gestão

O Casino Estoril, responsável por mais de 41,0% das receitas de jogo em casinos portugueses, obteve proveitos de jogo de montante de 127 milhões de Euros, ou seja um crescimento de 0,8% relativamente a 2004.

Por actividades, os proveitos de jogo representaram 91,6% do total das receitas, sendo que os proveitos conjuntos da restauração e animação se situaram em 3,0% do total das receitas.

Os custos operacionais de 2005, num montante global de 125,1 milhões de Euros, evidenciam um acréscimo de 4,2% relativamente ao exercício anterior, acréscimo esse que, não obstante a redução de efectivos e o efeito das acções de racionalização de custos, decorreu, essencialmente, do montante de indemnizações resultantes de rescisões voluntárias de contratos de trabalho e de custos inerentes ao Casino Lisboa, não capitalizáveis.

Influenciado pela ligeira recuperação dos proveitos operacionais e pelos custos não recorrentes atrás referidos, o resultado líquido do exercício foi de 7.535.607 Euros.

O EBDITA gerado no exercício ascende a 26,5 milhões de Euros, representando 19,3% dos proveitos operacionais.

VARZIM SOL – TURISMO, JOGO E ANIMAÇÃO, SA

A Sociedade Sopete – Sociedade Poveira de Empreendimentos Turísticos, S.A.R.L., foi constituída em 20 de Setembro de 1968, com o objecto social de promover o desenvolvimento turístico e a propaganda da região turística da Póvoa de Varzim.; exercer todas as actividades culturais, comerciais e recreativas relacionadas com o turismo, nomeadamente construir e explorar casinos, hotéis, restaurantes, piscinas, casas de diversões, parques de jogos e de campismo e estabelecimentos semelhantes; explorar, nos termos das leis em vigor, jogos de fortuna ou azar; aquisição de prédios urbanos e terrenos para construção, promover a urbanização destes, e vendê-los, bem como os edifícios por ela construídos.

Em resultado de concurso público, a empresa assinou o primeiro contrato de concessão da exploração de jogos de fortuna ou azar na zona de jogo da Póvoa de Varzim em 3 de Dezembro de 1975 com termo em 31 de Dezembro de 1988.

Um novo contrato de concessão foi celebrado em 29 de Dezembro de 1988 Seguiu-se novo contrato, cujo término ocorreria em 31 de Dezembro de 2008. Este novo contrato foi prorrogado por mais quinze anos, pelo Decreto-Lei nº 275/2001 de 14 de Dezembro de 2001.

Em 26 de Outubro de 2001, a Sociedade procedeu à alteração de estatutos e da sua denominação para VARZIM SOL – TURISMO, JOGO E ANIMAÇÃO, S.A., passando o seu objecto social a ser a exploração de jogos de fortuna ou azar nos locais permitidos por lei e através dos meios, formas e condições aí previstas, com todos os direitos e obrigações estabelecidos na legislação aplicável. Presentemente, centra a sua actividade exclusivamente na exploração do contrato de concessão de jogos de fortuna e azar na zona da Póvoa de Varzim (Casino da Póvoa).

Comentários Económico / Financeiro

O Casino da Póvoa, responsável por 16,5% das receitas do sector de jogo em casinos portugueses, obteve no exercício proveitos da actividade de jogo no montante dos 50,8 milhões de Euros, representando um crescimento de 6,8% relativamente a 2004.

Por actividades, os proveitos de jogo representaram 91,4% do total de receitas, sendo que os proveitos conjuntos de restauração e animação se situaram em 3,6% do total das receitas.

Relativamente à estrutura de custos, importa salientar que as quatro principais rubricas de custos representaram, por si só, 88,7% do total de proveitos:

- As amortizações e provisões constituídas no exercício, num total de 4,7 milhões de euros, representaram 9% do total de proveitos operacionais, ou seja, menos 12,6% que no ano de 2004.

- Os custos suportados com fornecimentos e serviços externos, no montante de 5,1 milhões de Euros, representaram 9% dos proveitos operacionais, ou seja, menos 6% que no ano anterior.

O Resultado Líquido do exercício, de 2.480.088 Euros, confirma a evolução positiva da performance da empresa e a obtenção do equilíbrio económico, face a exercícios anteriores

Relatório de Gestão



O Cash-Flow operacional cifrou-se em 9,2 milhões de Euros, representando 16,6% do total de proveitos.

Prossseguiu-se a política de renegociação das suas linhas de crédito visando aumentar a maturidade média das operações financeiras e reduzir o risco de liquidez/refinanciamento da empresa.

Nota Final

O programa de reestruturação da empresa, que foi iniciado em meados de 2003, atingiu os seus plenos efeitos no decurso do presente exercício. As acções de redimensionamento de efectivos e de profunda alteração de processos de exploração conduziram à obtenção de um resultado que espelha, praticamente, a eficiência operacional. Em paralelo, foram dados passos muito significativos na valorização dos vários níveis de gestão, preenchidos por quadros que já integravam a empresa e em cuja formação se apostou fortemente, transformando-os numa inequívoca mais valia da Varzim Sol.

9. FACTOS SUBSEQUENTES

Entre o dia 1 de Janeiro de 2006 e a data em que este relatório foi redigido não ocorreram quaisquer factos relevantes com impacto na gestão da empresa.

10. DECLARAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da ESTORIL SOL, SGPS, SA assumem a responsabilidade pela veracidade da informação contida no presente relatório e asseguram não existir omissões que sejam do seu conhecimento.

11. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração quer publicamente expressar o seu agradecimento a todos quantos no decorrer do exercício com ele colaboraram, nomeadamente o Conselho Consultivo, o Conselho Fiscal, a Mesa da Assembleia Geral e os Trabalhadores da Empresa.

Por motivos de ordem pessoal, apresentaram a demissão respectivamente do cargo de Vice-Presidente e de Vogais do Conselho de Administração da Estoril Sol, SGPS, SA o senhor Dr. Carlos Santos Ferreira, e os senhores Rui Duarte Alegre e Dr. Henrique Tomaz Veiga. Nesta oportunidade, queremos agradecer o inestimável contributo que souberam dar ao desenvolvimento da empresa e desejar-lhes as maiores felicidades pessoais e profissionais.

Importa, ainda, destacar a compreensão sempre encontrada no diálogo com os Senhores Membros do Governo da Tutela, Inspecção-Geral de Jogos, Câmaras Municipais de Cascais, Póvoa de Varzim e de Lisboa e Junta de Turismo da Costa do Estoril, entidades com as quais a Empresa, por motivo da sua actividade, manteve sistemático e frutuoso relacionamento.

Agradece-se, igualmente, a cooperação recebida das Instituições de Crédito e de todas as Entidades Oficiais contactadas.

Estoril, 16 de Março de 2006

O Conselho de Administração

Stanley Hung Sun Ho
Mário Alberto Neves Assis Ferreira
Man Hin Choi
Ambrose So
António José Pereira
António José de Melo Vieira Coelho
Vasco Esteves Fraga
Huen Wing Ming Patrick
Jorge Armindo de Carvalho Teixeira

Proposta de aplicação de resultados

Nos termos do disposto no Código das Sociedades Comerciais e nos Estatutos da Empresa, propõe-se que o Resultado Líquido do exercício, positivo, no montante de 4.795.514,00 Euros, tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal.....239.775,70 Euros

Para Reservas Livres.....4.555.738,30 Euros

Estoril, 16 de Março de 2006

O Conselho de Administração

Stanley Hung Sun Ho

Mário Alberto Neves Assis Ferreira

Man Hin Choi

Ambrose So

António José Pereira

António José de Melo Vieira Coelho

Vasco Esteves Fraga

Huen Wing Ming Patrick

Jorge Armindo de Carvalho Teixeira

**Anexo ao relatório
do Conselho de Administração**



Informação respeitante a valores mobiliários emitidos pela ESTORIL SOL, SGPS, SA, e por sociedades com as quais a Empresa se encontra em relação de domínio ou de grupo detidos à data de 31 de Dezembro de 2005, pelos membros dos órgãos sociais da sociedade.

De acordo com o disposto no artigo 447 do Código das Sociedades Comerciais e nos termos da alínea b) do nº 1 do artº 7º do Regulamento das CMVM nº 24/2000.

Stanley Hung Sun Ho – Presidente do Conselho de Administração

- Em 31.12.2005 era titular de 135.662 acções da Estoril Sol, SGPS, SA;
- Não adquiriu nem alienou acções desta sociedade no decurso do exercício;
- Em 31.12.2005 era titular de 170.911 acções da FINANSOL, Sociedade de Controlo - SA (SGPS);
- Não adquiriu nem alienou acções desta sociedade no decurso do exercício;

Mário Alberto Neves Assis Ferreira – Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Em 31.12.2005 era titular de 601 da Estoril Sol, SGPS, SA;
- Não adquiriu nem alienou acções desta sociedade no decurso do exercício;
- Em 31.12.2005 era titular de 1 acções da FINANSOL, Sociedade de Controlo - SA (SGPS);
- Não adquiriu nem alienou acções desta sociedade no decurso do exercício;

Choi Man Hin – Vogal do Conselho de Administração

- Em 31.12.2005 era titular de 527 acções Estoril Sol, SGPS, SA .
- Não adquiriu nem alienou acções desta sociedade no decurso do exercício;

António José Pereira – Vogal do Conselho de Administração

- Em 31.12.2005 era titular de 14.237 acções da Estoril Sol, SGPS, SA;
- Não adquiriu nem alienou acções desta sociedade no decurso do exercício;

Vasco Esteves Fraga – Vogal do Conselho de Administração

- Em 31.12.2005 era titular de 608 acções da Estoril Sol, SGPS, SA;
- Não adquiriu nem alienou acções desta sociedade no decurso do exercício;

Ambrose So – Vogal do Conselho de Administração

- Em 31.12.2005 era titular de 50.000 acções da Estoril Sol, SGPS, SA;
- Não adquiriu nem alienou acções desta sociedade no decurso do exercício;

Patrick Wuen – Vogal do Conselho de Administração

- Em 31.12.2005 era titular de 50.000 acções da Estoril Sol, SGPS, SA;
- Não adquiriu nem alienou acções desta sociedade no decurso do exercício;

Rui José da Cunha – Vogal do Conselho Consultivo

- Em 31.12.2005 era titular de 12.300 acções Estoril Sol, SGPS, SA .
- Não adquiriu nem alienou acções desta sociedade durante o exercício

Em conformidade com o artigo 448 do Código das Sociedades Comerciais e nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 7º do Regulamento n.º 11/2000, com a nova redacção do Regulamento 24/2000 ambos da C.M.V.M. identificam-se os titulares de participações qualificadas no capital social da ESTORIL SOL, S.G.P.S..

FINANSOL, SOCIEDADE DE CONTROLO, S.G.P.S., S.A.

A FINANSOL - SOCIEDADE DE CONTROLO, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2005, detinha directamente 6.875.204 acções da ESTORIL SOL, SGPS, S.A., correspondentes 57,49% do capital social e dos direitos de voto.

Os membros dos órgãos de Administração e Conselho Consultivo das empresas que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a ESTORIL SOL., detinham 264.035 acções da ESTORIL SOL, SGPS, S.A., correspondentes a 2,21% do capital social e direitos de voto.

Assim, em termos globais a participação directa e indirecta da FINANSOL no capital da ESTORIL SOL é de 59,7% à qual corresponde idêntica percentagem de votos.

AMORIM - ENTERTAINMENT E GAMING INTERNATIONAL, S.G.P.S., S.A.

A AMORIM - ENTERTAINMENT E GAMING INTERNATIONAL, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2005, era titular de 3.817.722 acções a que correspondia 31,92% do capital social e direitos de voto da Estoril Sol, SGPS, S.A.

Demonstrações dos resultados individuais
31 de Dezembro de 2005 e 2004



Montantes expressos em euros

	2005		2004	
<u>Custos e perdas:</u>				
Custos mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
Matérias primas	0	0	2.174	2.174
Fornecimentos e serviços externos		974.621		1.015.609
Custos com o pessoal:				
Remunerações	1.054.378		1.200.767	
Encargos sociais:		218.400	651.939	1.852.706
Outros		19.468		
Amortizações e ajust.do imobilizado corpóreo e incorpóreo		163.013	182.481	628.362
Provisões		16.390		37.717
Impostos		11.294	27.684	152.207
Outros custos e perdas operacionais		(A)		189.924
Outros			2.457.563	3.714.791
Perdas em empresas do grupo e associadas			739.597	3.226.839
Juros e custos similares:				
Outros		3.772.530	3.772.530	6.069.856
(C)			6.969.690	13.011.485
Custos e perdas extraordinários			201.940	160.808
(E)			7.171.630	13.172.293
Impostos sobre o rendimento do exercício			20.000	0
(G)			7.191.630	13.172.293
Resultado líquido do exercício			4.795.514	8.395.712
			11.987.144	21.568.005
<u>Proveitos e ganhos:</u>				
Proveitos suplementares			6.451	52.353
Outros proveitos e ganhos operacionais			75.120	628.146
(B)				680.499
Ganhos em empresas do grupo e associadas				680.499
Outros juros e proveitos similares:				14.148.237
Outros			3.697.768	3.697.768
(D)				5.765.773
Proveitos e ganhos extraordinários				5.765.773
(F)			11.311.466	20.594.510
			675.678	973.495
			11.987.144	21.568.005
Resumo:				
Resultados operacionais: (B)-(A)=			(2.375.992)	(3.034.292)
Resultados financeiros: [(D)-(B)]-[(C)-(A)]=			6.717.767	10.617.316
Rresultados correntes: (D)-(C)=			4.341.776	7.583.025
Resultados antes de impostos: (F)-(E)=			4.815.514	8.395.712
Resultado líquido do exercício: (F)-(G)=			4.795.514	8.395.712

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005

Activo	2005			2004
	Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Trespasses	6.685.645	0	6.685.645	6.685.645
Imobilizações em curso	0		0	0
	6.685.645	0	6.685.645	6.685.645
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	30.237	20.539	9.698	11.305
Equipamento básico	154.395	151.034	3.361	8.232
Equipamento de transporte	74.305	10.466	63.839	1.176
Ferramentas e utensílios	11.479	11.480	0	8
Equipamento administrativo	559.762	548.031	11.731	20.464
Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	630.000	0	630.000	380.000
	1.460.177	741.549	718.629	421.186
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo	95.229.077	0	95.229.077	93.291.722
Adiantamento por conta de investimentos financeiros	35.505	32.076	3.429	3.429
Títulos e outras aplicações financeiras	0	0	0	0
	95.264.582	32.076	95.232.506	93.295.151
Dívidas de terceiros-médio/longo prazo:				
Empresas do grupo				
126.837.001	1.772.672	125.064.329	140.969.252	
	126.837.001	1.772.672	140.969.252	140.969.252
Dívidas de terceiros-curto prazo:				
Empresas do grupo				
51.760		051.760		0
110.965	110.965	0	0	0
0	0	0	0	0
326.124	128.271	197.853	156.432	
1.376.762	453.130	923.631	787.557	
	1.865.610	692.366	1.173.244	943.988
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários				
36.976		36.976	43.960	
4.615		4.615	54.379	
	41.591		41.591	98.339
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	0		0	0
Custos diferidos	1.207.392		1.207.392	2.275.100
	1.207.392		1.207.392	2.275.100
Total de amortizações		741.549		
Total de ajustamentos		2.497.115		
Total do activo	233.361.999	3.238.664	230.123.335	244.688.660

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2005

Balanços individuais
31 de Dezembro de 2005 e 2004

Montantes expressos em euros



	2005	2004
Capital próprio e passivo		
Capital próprio:		
Capital	59.968.420	59.968.420
Acções próprias - Valor nominal	(174.500)	(174.080)
Acções próprias - Descontos e prémios	(280.945)	(280.945)
Prémios de emissão de acções	7.820.769	7.820.769
Ajustamentos partes capital em filiais e associadas	281.903	281.903
Reservas de reavaliação	8.978.651	8.978.651
Reservas:		
Reservas legais	4.780.835	4.370.050
Outras reservas	39.149.555	33.326.263
Resultados transitados	(3.912.759)	(3.912.759)
Subtotal	116.620.929	110.377.852
Resultado líquido do exercício	4.795.514	8.395.712
Total do capital próprio	121.416.443	118.773.564
Passivo:		
Provisões para riscos e encargos:		
Provisões para pensões	7.251.275	7.369.964
Outras provisões para riscos e encargos	95.471	95.471
	7.346.746	7.465.435
Dívidas a terceiros-médio/longo prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	78.000.000	100.000.000
	78.000.000	100.000.000
Dívidas a terceiros-curto prazo		
Dívidas a instituições de crédito	4.280	376.600
Fornecedores, conta corrente	179.206	446.153
Outros accionistas	12.745	8.475
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	56.094	8.300
Estado e outros entes públicos	36.833	43.434
Outros credores	17.430.743	10.806.670
	17.719.902	11.689.632
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimo de custos	74.846	126.922
Proveitos diferidos	5.565.399	6.633.107
	5.640.245	6.760.029
Total do passivo	108.706.892	125.915.096
Total do capital próprio e do passivo	230.123.335	244.688.660

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2005

Demonstração dos resultados por funções individuais
31 de Dezembro de 2005 e 2004

Montantes expressos em euros

	2005	2004
Custo das vendas e prestações de serviço	(62.899)	2.843
Resultados brutos	(62.899)	2.843
Outros proveitos e ganhos operacionais	757.254	1.578.464
Custos administrativos	(2.619.489)	(3.870.043)
Outros custos e perdas operacionais	(283)	(33.959)
Resultados operacionais	(1.925.417)	(2.322.696)
Custo líquido de financiamento	(3.749.197)	(537.266)
Ganhos em filiais e associadas	27.091.594	14.148.237
Perdas em filiais e associadas	(16.601.467)	(3.226.839)
Ganhos em outros investimentos	0	334.276
Resultados correntes	4.815.514	8.395.712
Imposto sobre os resultados correntes	(20.000)	0
Resultados correntes apos impostos	4.795.514	8.395.712
Resultado líquido do exercício	4.795.514	8.395.712
Resultado por acção	0,40	0,70

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por funções do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005

Demonstração dos fluxos de caixa individuais
31 de Dezembro de 2005 e 2004

Valores expressos em euros



Método directo

ACTIVIDADES OPERACIONAIS	2005		2004	
Recebimentos de clientes	6.404		2.559.676	
Pagamentos a fornecedores	(941.264)		(4.334.556)	
Pagamentos ao pessoal	(740.448)		(1.200.745)	
Fluxo gerado pelas operações	(1.675.307)		(2.975.625)	
Pagamentos/recebimentos do imposto s/o rendimento	(91.590)		(52.847)	
Outros recebimentos/pagamentos relativos à activ.oper.	(910.471)		1.038.729	
Fluxos antes das rubricas extraordinárias	(2.677.368)		(1.989.743)	
Recebimentos relacionados c/rubricas extraordinárias	0		0	
Fluxos das actividades operacionais		(2.677.368)		(1.989.743)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	1.125.000		0	
Imobilizações corpóreas	375.000		0	
Dividendos	3.722.980		0	
Suprimentos concedidos	221.054		59.509.209	
Juros e proveitos similares	144.560		0	59.509.209
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	0		(24.940)	
Imobilizações corpóreas	(250.530)		(190.978)	
Imobilizações incorpóreas	0		0	
Suprimentos concedidos	10.917.041		(3.675.238)	(3.891.156)
Fluxos das actividades de investimento		16.255.104		55.618.053
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	184.575.472		246.895.818	
Recebimentos/pagamentos conta corrente ESIII/SGPS	6.450.560		1.045.582	
Aumentos de capital	0		0	247.941.400
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	(201.036.473)		(299.991.669)	
Juros e custos similares	(1.470.273)		(1.686.324)	
Dividendos	(2.158.049)		(106)	
Suprimentos obtidos		(204.664.795)		(301.678.099)
Fluxos das actividades de financiamento		(13.638.764)		(53.736.700)
Variação de caixa e seus equivalentes		(61.028)		(108.390)
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo		98.339		206.729
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo		37.311		98.339

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005

Anexo às demonstrações dos fluxos de caixa individuais
31 de Dezembro 2005 e 2004

Valores expressos em euros

1. Discriminação dos componentes de caixa e seus componentes.

	2005	2004
1.1. Numerário	4.615	54.379
1.2. Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	32.696	43.960
1.3. Caixa e seus equivalentes	37.311	98.339

NOTA INTRODUTÓRIA

financeiras anexas.

2) Tal como mencionado nas contas de 2002, no exercício económico de 2001 tiveram lugar os seguintes dois factos relevantes, a saber:

- Transferência do contrato de concessão, em 1 de Outubro de 2001, para a Estoril Sol (III), empresa detida em 100% pela Estoril Sol SGPS;
- Prorrogação da concessão do Estoril por mais 15 anos, a partir de 1 de Janeiro de 2006;

Em consequência, a partir de 2001:

- Todos os bens, direitos e obrigações associados à exploração do Casino Estoril e do Tamariz, saíram, da estrutura financeira da Estoril Sol, SA para integrar a estrutura financeira da nova concessionária do jogo, ao seu valor contabilístico;
- As amortizações dos activos imobilizados corpóreos e incorpóreos afectos à concessão do jogo foram objecto de novo critério de cálculo;
- O valor contabilístico relativo ao direito da exploração da concessão do jogo do Estoril que teve início em 1987 (20.238.519 €) foi transferido, em 2001, da Estoril Sol, S.A. para a Estoril Sol (III), S.A. pelo valor de 24.939.895 €
- Procedeu-se, no primeiro semestre de 2001, à alteração da especialização do ganho obtido na compra a desconto dos créditos detidos por terceiras entidades sobre a nossa empresa do grupo Varzimgeste, S.A.
- Procedeu-se, também no primeiro semestre de 2001, à alteração da especialização do ganho obtido na compra a desconto de obrigações Sopete.

3) A empresa desenvolveu várias iniciativas durante o exercício 2004 tendentes a preparar-se para adoptar as **IFRS/IAS**, em particular no que respeita às acções de formação consideradas necessárias e adequadas, tendo procedido aos ajustamentos na informação de 2004, por cada um dos trimestres, de modo a possibilitar que no exercício de 2005 seja possível a comparação com o exercício anterior, no que respeita às contas consolidadas do grupo.

NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

3. Os critérios valorimétricos adoptados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, são os seguintes:

Imobilizado corpóreo e incorpóreo

A partir do 4º trimestre do exercício de 2001 a Estoril Sol, SGPS, S.A. passou a ser apenas detentora de activos imobilizados corpóreos e incorpóreos relacionados com o cumprimento do seu objecto social, de imobilizados incorpóreos que resultam de “Goodwill” obtido em participações financeiras e de activos imobilizados corpóreos residuais que foram, ao longo do exercício de 2002, objecto de transferência para empresas operacionais do Grupo. Todos estes activos encontram-se registados ao preço de aquisição e estão sendo amortizados segundo o método das quotas constantes, critério que vinha sendo seguido na Estoril Sol, SA.

Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros em empresas do grupo e associadas encontram-se elevados de acordo com o método da equivalência patrimonial. Sobre este assunto, remete-se para o quadro do ponto 16.

Provisões e ajustamentos

Os ajustamentos para crédito de cobrança duvidosa foram reforçados e revertidos de acordo com base fiscal.

Procedeu-se ao reforço de provisões para outros riscos e encargos tendo em conta estudo actuarial, nomeadamente para fazer face ao reforço de provisões para encargos futuros resultantes de contratos de reforma e pré-reforma, em obediência ao que se determina na Directriz Contabilística nº 19, conforme referido na nota 31.

7. Com a transferência para a Estoril Sol (III) da concessão do jogo do Estoril, a maior parte das pessoas inicialmente ao serviço da Estoril Sol, S.A. foram transferidas para aquela empresa a partir de 1 de Outubro de 2001. Assim, o número médio de pessoas ao serviço da Estoril Sol, SGPS, em Dezembro de 2005, é de 28.

8. Os trespasses respeitam ao “Goodwill” apurado na compra do capital social da Varzim Sol. A amortização até 2004 inclusive foi objecto de amortização directa calculada por um período de 20 anos, tempo correspondente à duração da concessão da zona de jogo da Póvoa de Varzim.

No presente exercício, face às conclusões do estudo de imparidade entretanto efectuado não se processou a respectiva amortização.

10. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:

ACTIVO BRUTO

Rúbricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Reaval./ Ajust.	Transf. e Abates	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas: Despesas de instalação Trespasses	0 6.685.645					0 6.685.645
Subtotal	6.685.645	0	0	0	0	6.685.645
Imobilizações corpóreas: Edifícios e outras construções Equipamento básico Equipamento de transporte Ferramentas e utensílios Equipamento administrativo Adiant.p/conta de imob.corpóreas	30.237 154.395 95.101 11.479 559.207 380.000	66.320	(31.498)		(55.619)	30.237 154.395 74.305 11.479 559.762 630.000
Subtotal	1.230.420	316.874	(31.498)	0	(55.619)	1.460.177
Investimentos financeiros: Partes capital em emp. do grupo Adiant.p/conta de invest.financeiros	93.291.722 35.505	1.937.355				95.229.077 35.505
Subtotal	93.327.227	1.937.355	0	0	0	95.264.582
Total	101.243.292	2.254.229	(31.498)	0	(55.619)	103.410.405

Notas explicativas ao quadro do Activo Bruto

As variações havidas nas partes de capital de empresas do grupo dizem respeito a ajustamentos nas participações em empresas do grupo e associadas decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial.

AMORTIZAÇÕES

Rúbricas	Saldo inicial	Reforço	Alienações	Reversão	Anulações	Saldo final
Imobilizações corpóreas: Edifícios e outras construções Equipamento básico Equipamento de transporte Ferramentas e utensílios Equipamento administrativo	18.932 16.163 93.925 11.471 538.743	1.606 4.788 3.657 8 9.408		1 83 (1) 0 (120)	(87.117)	20.539 151.034 10.466 11.489 548.031
Subtotal	809.234	19.468	0	(37)	(87.117)	741.549
Investimentos financeiros: Partes de capital em emp. do grupo	32.076					32.076
Subtotal	32.076	0	0	0	0	32.076
Total	841.311	19.468	0	(37)	(87.117)	773.625

Anexo à Demonstrações financeiras individuais
31 de Dezembro de 2005 e 2004

Valores expressos em euros



15. Em 31.12.05 já não existiam quaisquer contratos de leasing.

16. Firma e sede das empresas do grupo e associadas

FIRMA E SEDE DAS EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

1-Participações em empresas do grupo e associadas	Fracção do capital detida %	Capitais próprios	Resultado	Ano
A - Acções:				
Estoril Sol Hotéis II, SA - Estoril	100,00%	(5.067.680)	(165.880)	2005
Disco-Sol Hotelaria e Animação, SA. - Estoril	100,00%	(1.758.743)	(16.337)	2005
Soc.de Empreend.Santa Susana, S.A. - Estoril	100,00%	2.564.573	(5.838)	2005
Estoril Sol Imobiliária, SA - Estoril	100,00%	7.211.070	46.768	2005
Essal, S.A. - Estoril	100,00%	13.620	(819)	2005
DTH-Desenv.Turístico e Hoteleiro, SA - Estoril	100,00%	2.354.723	(1.249)	2005
Varzimsol, SA - Póvoa de Varzim	88,81%	16.188.841	2.480.088	2005
Varzimgeste - Inv.e Part.Sociais - S.G.P.S, SA - Estoril	100,00%	(8.544.369)	30.729	2005
Estoril Sol (III), S.A. - Estoril	100,00%	56.694.553	7.735.607	2005
Chão do Parque, SA - Estoril	90,00%	735.495	(597)	2005
Estoril Sol - Invest.Hoteleiros, SA - Estoril	90,00%	9.128.225	989.343	2005
Estoril Sol (V), SA - Estoril	100,00%	(6.354)	(1.195)	2005
Imobiliaria Casal S. Jose, SA - Estoril	100,00%	765.680	(759)	2005
Imobiliaria D. Luis, SA - Estoril	100,00%	2.116.910	23.362	2005
Estoril Sol e Mar, SA - Estoril	100,00%	258.613	(32.004)	2005
Mandarim Sol, SA - Estoril	100,00%	(2.066.173)	(546.134)	2005
Sub-Total		80.588.982	10.334.985	
B - Quotas:				
Datasol-Informática no Turismo, Lda - Estoril	100,00%	1.033	(7.336)	2005
Estoril Sol Internacional, Lda. - Estoril	25,00%			
Sub-Total		1.033	(7.336)	
Total		80.590.015	10.327.649	

A Varzimgeste, SA contabilizou, até Dezembro de 1997, prémios de remissões de acções, afectando positivamente a conta de resultados por contrapartida de acréscimos e diferimentos (acréscimos de proveitos). Estes prémios foram transferidos, no exercício de 2002, para resultados transitados, na sequência da decisão tomada pelos accionistas, em 16 de Abril de 2002, no sentido da supressão dos direitos especiais inerentes às acções preferenciais remíneis e da sua transformação em acções ordinárias. Por outro lado, procedeu-se à reestruturação do capital próprio da Varzim Sol, SA, de que resultou a redução do seu capital social destinada à cobertura dos prejuízos acumulados, operação que foi seguida por aumento de capital realizado com a incorporação de reservas e com entradas em dinheiro. Em consequência, a participação da Varzimgeste na Varzim Sol, que até aí era de 33.71%, alterou-se para 11,19%, correspondente a 447.461 acções ordinárias nominativas.

21. Movimento nas rubricas do activo circulante

AJUSTAMENTOS

Rúbricas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Dívidas de terceiros:				
Empresas do grupo	1.772.672			1.772.672
Empresas participadas e participantes	110.965			110.965
Estado e outros entes públicos	128.271			128.271
Outros devedores	480.338		-27.208	453.130
	2.492.246		-27.208	2.465.038
Total	2.492.246		-27.208	2.465.038

23. Em matéria de provisões e ajustamentos, remete-se para o ponto 3.

25. Os valores globais das dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal da empresa são:

	Valor
Activas	9.662
Passivas	5.641

31. No cumprimento da directriz contabilística nº 19, a Empresa tem constituída uma “provisão para pensões”, no montante de 7.251.275,00 € para fazer face a responsabilidades contratuais com pensões de reformas, encontrando-se tais responsabilidades à data de 31.12.05 totalmente cobertas.

32. O total de garantias bancárias não reais prestadas a favor de terceiros ascendiam, em 31.12.05, a 13.854.408 € conforme se discrimina:

Entidade beneficiária	Finalidade	Valor
Câmara Municipal Cascais	Execução fiscal de processos	31.970
VIS - Investimentos Imobiliários	Incumprimento de pagamento	6.560.000
Direcção Geral do Tesouro	Impostos / reclamações	7.999
Electricidade de Portugal	Fornecimento de energia	54.439
Outros	Contrato venda 10% acções Estoril Sol Inv. Hoteleiros e Chão do Parque, SA	7.200.000
Total		13.854.408

34. O desdobramento das contas de provisões acumuladas e a explicitação dos movimentos ocorridos no exercício é o seguinte:

Rúbricas	Saldo inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
291 - Provisões para pensões	7.369.964	163.013	(281.702)	7.251.275
298 - Outras provisões	95.471			95.471
Total	7.465.435	163.013	(281.702)	7.346.746

36. Neste exercício o Capital Social é de 59.968.420 Euros, representado por 11.993.684 acções ordinárias, desmaterializadas, de valor nominal unitário de 5 euros.

Categoria	Quant.
Acções nominativas	6.116.779
Acções ao portador	5.876.905
Total	11.993.684

37. Pessoas colectivas com participação no capital social superior ou igual a 20%.

- Finansol, Sociedade de Controlo, SGPS, SA, com 57,32%
- Sociedade Figueira Praia, SA, com 31,10%.

Anexo à Demonstrações financeiras individuais
31 de Dezembro de 2005 e 2004

Valores expressos em euros



40. Movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios:

Contas	Saldo Inicial	Movimento Débito	Movimento Crédito	Saldo Final
51 - Capital social	59.968.420			59.968.420
52 - Acções próprias	(455.445)			(455.445)
54 - Prémio de emissão de acções	7.820.769			7.820.769
55 - Ajust.partes cap.em emp.grupo e assoc.:				
551 - Ajustamentos de transição	163.235			163.235
552 - Lucros não atribuídos	118.668			118.668
56 - Reservas de reavaliação	8.978.651			8.978.651
57 - Reservas:				
571 - Reservas legais	4.370.050		419.786	4.789.835
577 - Reservas especiais	33.326.263		5.823.292	39.149.555
59 - Resultados transitados	(3.912.759)		0	(3.912.759)
88 - Resultado líquido	8.395.712	8.395.712	4.795.514	4.795.514
Total	118.773.565	8.395.712	11.038.591	121.416.443

Os valores das acções próprias referidas no quadro anterior dizem respeito à compra de 34.900 acções ao preço unitário de 13.05 euros, que teve lugar em 26 de Abril de 2001.

43. Remunerações dos Órgãos Sociais:

Órgãos	Valor
Conselho de administração	371.242
Conselho fiscal	17.043
Conselho consultivo	128.509
Total	516.795

45. Demonstração dos Resultados Financeiros

Custos e perdas	Exercícios	
	2005	2004
681 - Juros suportados	2.004.036	3.098.679
682 - Perdas em empresas do grupo e associadas	739.597	3.226.839
688 - Outros custos e perdas financeiras	1.768.494	2.971.177
Resultados financeiros	6.717.767	10.617.316
	11.229.895	19.914.011
Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2005	2004
781 - Juros obtidos	3.697.763	5.507.028
782 - Ganhos em empresas do grupo e associadas	7.532.126	14.148.237
786 - Desconto p.pagamento obtido	5	32
788 - Outros proveitos e ganhos financ.	0	258.713
	11.229.895	19.914.011

O valor de outros proveitos e ganhos financeiros que vinha a ser imputado, em exercícios anteriores, por estar associado ao goodwill apurado pela Estoril Sol, SGPS, SA na aquisição da participação na Varzim Sol, deixou de ser relevado no presente exercício face às conclusões do estudo de imparidade do respectivo goodwill.

O valor registado na conta 782 – ganhos em empresas do grupo e associadas 7.532.126 € e na 682 – Perdas em empresas do grupo e associadas (739.597 €) é consequência da aplicação do método da equivalência patrimonial na valorização das participações detidas pela Estoril Sol, SGPS.

46. Demonstração dos Resultados Extraordinários

Custos e perdas	Exercícios	
	2005	2004
692 - Dividas incobraveis	58.392	730
695 - Multas e penalidades	200	48.499
697 - Correc.relat.a exerc.anteriores	0	0
698 - Outros custos e perdas extraord.	143.347	111.579
Resultados extraordinarios	473.738	812.688
	675.678	973.495

Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2005	2004
794 - Ganhos em imobilizações	366.768	3.619
796 - Redução de amort.e de provisões	308.910	882.860
798 - Outros prov. E ganhos extraord.	0	87.016
	675.678	973.495

47. Em 31 de Dezembro de 2005 a empresa tinha para com a Segurança Social uma dívida, não vencida, relativa aos ordenados de deste mês, de 18.039,61 € (artº 21 do Decreto-Lei nº 411/91).

48. Outras informações

a) Desdobramento dos acréscimos e diferimentos:

CUSTOS DIFERIDOS

Reorganização da dívida bancária	1.207.392
Total	1.207.392

ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

Encargos com férias a pagar	70.708
Outros acréscimos de custos	4.138
Total	74.846

PROVEITOS DIFERIDOS

Obrigações Sopete	1.143.638
Créditos da Varzimgeste	3.214.369
Reorganização da dívida	1.207.392
Total	5.565.399

Anexo à Demonstrações financeiras individuais
31 de Dezembro de 2005 e 2004

Valores expressos em euros



b) Partes de capital em empresas do grupo

Empresas	Valor
Datasol - Informática no Turismo, Lda	1.033
DTH - Desenvolvimento Turístico e Hoteleiro, SA	2.354.723
ESSAL - Comércio Alimentar, SA	13.620
Estoril Sol Imobiliária, SA	7.211.070
Soc.de Empreendimentos Santa Suzana, SA	2.564.573
Varzimsol, SA	14.377.309
Estoril Sol (III), SA	56.694.553
Chão do Parque, SA	661.946
Estoril Sol-Invest.Hoteleiros, SA	8.215.402
Estoril Sol (V), SA	(6.354)
Imobiliaria Casal S. Jose	765.680
Imobiliaria D. Luis	2.116.910
Estoril Sol e Mar, SA	258.613
Total	95.229.077

	Notas	2005 (IFRS)	2004 (IFRS)	Efeitos de transição	2004 (POC)
ACTIVOS					
Activos não-correntes					
Activos intangíveis		-	-	(5.427)	5.427
Activos tangíveis não reversíveis para o Estado	2.3	49.119.572	27.284.957	(96.883.487)	124.168.444
Activos tangíveis reversíveis para o Estado	2.4	79.625.701	83.236.110	83.236.110	-
Propriedades de investimento	2.5	259.961	265.512	265.512	-
Propriedade industrial e outros direitos	2.6	149.553.937	158.206.821	(36.010.965)	194.217.786
Goodwill	2.7	10.560.760	9.496.168	(5.439.898)	14.936.065
Direitos de exploração		7.805	41.357	41.357	-
Investimentos em associadas	2.8	455.111	406.342	-	406.342
Pré-pagamentos		3.429	3.429	-	3.429
Activos detidos para venda	2.12	165.056	355.889	355.889	-
Activos intangíveis em curso	2.9	30.454.494	30.486.701	(10.033.217)	40.519.919
Total de activos não correntes		320.205.826	309.783.287	(64.474.125)	374.257.411
Activos correntes					
Inventários	2.10	36.204.517	32.273.078	21.467.105	10.805.973
Contas a receber comerciais e outras	2.11	2.431.367	2.392.814	-	2.392.814
Outros devedores e acrescimos e diferimentos	2.13	3.040.746	2.789.430	(3.242.157)	6.031.587
Pré-pagamentos	2.14	458.243	237.807	-	237.807
Caixa e equivalentes de caixa	2.15	12.433.742	9.202.792	-	9.202.792
Total de activos correntes		54.568.615	46.895.921	18.224.948	28.670.973
Total dos activos		374.774.441	356.679.208	(46.249.177)	402.928.385
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVOS					
Capital e reservas					
Capital emitido		59.968.420	59.968.420	-	59.968.420
Acções próprias		(455.445)	(455.445)	-	(455.445)
Reservas		57.488.579	50.636.730	-	50.636.730
Resultados transitados		(54.613.296)	(47.057.756)	(28.513.602)	(18.544.154)
Resultado líquido consolidado		3.185.481	(712.343)	(7.936.432)	7.224.089
Capital próprio atribuível a accionistas		65.573.739	62.379.606	(36.450.034)	98.829.641
Interesses minoritários		986.372	887.507	887.507	-
Total do capital próprio		66.560.111	63.267.114	(35.562.527)	98.829.641
Interesses minoritários		-	-	(887.507)	887.507
PASSIVOS					
Passivos não correntes:					
Empréstimos obtidos	2.16	166.341.859	154.507.811	(2.492.814)	157.000.625
Contas a pagar comerciais e outras	2.17	22.500.000	35.583.255	(4.051.225)	39.634.481
Obrigação de benefícios de reforma	2.18	7.251.275	7.720.068	350.104	7.369.964
Provisões para outros riscos e encargos	2.19	1.058.215	2.199.714	(93.245)	2.292.959
Total de passivos não correntes		197.151.349	200.010.849	(6.287.180)	206.298.029
Passivos correntes:					
Contas a pagar comerciais e outras	2.17	59.099.400	56.840.150	-	56.840.150
Empréstimos obtidos a curto prazo	2.16	21.770.481	4.932.414	-	4.932.414
Adiantamentos de clientes		72.150	108.329	-	108.329
Outros credores e acrescimos e diferimentos	2.20	30.120.950	31.520.352	(3.511.962)	35.032.314
Total de passivos correntes		111.062.981	93.401.245	(3.511.962)	96.913.207
Total do capital próprio e passivos		374.774.441	356.679.208	(46.249.177)	402.928.385

O anexo faz parte integrante dos Balanços consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004.

Demonstrações consolidadas dos resultados
31 de Dezembro de 2005 (IFRS) e 2004 (IFRS e POC)

Valores expressos em euros



	Notas	2005 (IFRS)	2004 (IFRS)	Efeitos de transição	2004 (POC)
Proveitos operacionais	3.1	195.390.328	190.942.992	406.949	190.536.043
Custos operacionais					
Matérias-primas e materiais de consumo usados		(3.990.433)	(5.157.198)	(827.343)	(4.329.855)
Fornecimentos e serviços externos		(22.088.959)	(22.952.821)	885.041	(23.837.861)
Gastos de pessoal	3.2	(38.503.135)	(36.473.696)	-	(36.473.696)
Depreciações e amortizações		(21.721.076)	(25.513.927)	(6.063.431)	(19.450.495)
Provisões e outros passivos contingentes		-	(1.070.740)	71.903	(1.142.642)
Impostos	3.4	(89.256.678)	(87.324.043)	-	(87.324.043)
Outros gastos operacionais		(7.209.650)	(2.223.073)	570.181	(2.793.254)
Lucro das operações					
Resultado financeiro (líquido)	3.3	12.620.397	10.227.496	(4.956.700)	15.184.196
Resultados extraordinários		(9.258.838)	(10.980.942)	(2.015.124)	(8.965.818)
-		-	-	(964.608)	964.608
Lucro antes de impostos		3.361.559	(753.446)	(7.936.432)	7.182.986
Imposto sobre o rendimento	3.4	(77.213)	-	-	-
Lucro apóis impostos		3.284.346	(753.446)	(7.936.432)	7.182.986
Interesses minoritários		(98.865)	41.103	-	41.103
Lucro líquido do exercício		3.185.481	(712.343)	(7.936.432)	7.224.089
Resultado por acção					
- Básico	3.5	0,27	(0,06)	(0,66)	0,60
- Diluído	3.5	0,27	(0,06)	(0,66)	0,60

"O anexo faz parte integrante das demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas para os exercícios“ findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004"

Demonstrações consolidadas de alteração no capital próprio
31 de Dezembro de 2005 e 2004

Valores expressos em euros

Rubricas	Dezembro 2004 (POC)	Efeitos de transição	Dezembro 2004 (IFRS)	Resultado líquido do exercício	Diminuições	Transferências e outros	Distribuição de dividendos	Dezembro 2005 (IFRS)
Capital emitido	59.968.420	-	59.968.420	-	-	-	-	59.968.420
Acções próprias	(455.445)	-	(455.445)	-	-	-	-	(455.445)
Reservas	50.636.730	-	50.636.730	-	-	9.004.484	(2.152.635)	57.488.579
Resultados transitados	(18.544.154)	(28.513.601)	(47.057.755)	-	(712.343)	(6.843.198)	-	(54.613.296)
Resultado líquido consolidado	7.224.089	(7.936.432)	(712.343)	3.185.481	712.343	-	-	3.185.481
Interesses minoritários	-	887.507	887.507	98.865	-	-	-	986.372
Total do capital próprio	98.829.641	(35.562.526)	63.267.114	3.284.346	-	2.161.286	(2.152.635)	66.560.111

Rubricas	Dezembro 2003 (POC)	Efeitos de transição	Dezembro 2003 (IFRS)	Resultado líquido do exercício	Diminuições	Transferências e outros	Dezembro 2004 (IFRS)
Capital emitido	59.968.420	-	59.968.420	-	-	-	59.968.420
Acções próprias	(455.445)	-	(455.445)	-	-	-	(455.445)
Reservas	50.634.977	-	50.634.977	-	-	1.753	50.636.730
Resultados transitados	2.352.281	(28.514.728)	(26.162.447)	-	(20.894.688)	(620)	(47.057.755)
Resultado líquido consolidado	(20.894.688)	-	(20.894.688)	(712.343)	20.894.688	-	(712.343)
Interesses minoritários	-	928.610	928.610	(41.103)	-	-	887.507
Total do capital próprio	91.605.545	(27.586.118)	64.019.427	(753.446)	-	1.133	63.267.114

O anexo faz parte integrante das demonstrações consolidadas de alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa
31 de Dezembro de 2005 e 2004

Valores expressos em euros



	Nota	2005		2004	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS					
Recebimentos de clientes		186.539.011		183.808.982	
Pagamentos a fornecedores		(34.027.076)		(36.191.709)	
Pagamentos ao pessoal		(27.319.694)		(23.904.407)	
Fluxo gerado pelas operações		125.192.241		123.712.866	
Pag./receb. do imposto sobre o rendimento		(82.478.527)		(81.588.589)	
Outros receb./pag. relat. à actividade operacional		(18.909.725)		(9.038.820)	
Fluxos das actividades operacionais (1)		23.803.989		33.085.457	
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Imobilizações corpóreas		332.425		148.533	
Juros e proveitos similares		144.560	476.985	-	148.533
Pagamentos respeitantes a:					
Imobilizações corpóreas		(24.457.339)		(16.020.816)	
Imobilizações incorpóreas		(13.083.255)	(37.540.594)	(13.083.255)	(29.104.071)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(37.063.609)		(28.955.538)	
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Empréstimos obtidos			361.827.178		428.867.032
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos obtidos		(333.710.094)		(425.172.026)	
Juros e custos similares		(7.900.396)		(7.508.254)	
Locação financeira		(49.816)		(60.225)	
Pagamento de juros de obrigações		(1.059.876)		(549.580)	
Dividendos		(2.152.635)	(344.872.817)	-	(433.290.084)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		16.954.361		(4.423.052)	
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)	2.15		3.694.741		(293.133)
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo			8.733.878		9.027.011
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo	2.15		12.428.619		8.733.878

O anexo faz parte integrante das demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

NOTA INTRODUTÓRIA

A Estoril Sol, S.G.P.S., S.A. constitui a “Holding” do Grupo Estoril Sol (“Grupo”) que tendo as acções representativas do seu capital social admitidas à negociação em mercado regulamentado – A Euronext – em 1 de Janeiro de 2005 ficou obrigada a elaborar contas consolidadas nos termos do artigo 3º do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, na sequência da publicação pelo Governo de Portugal do Decreto Lei nº 35/2005, artigo 11º.

Nestes termos, embora a elaboração das contas de cada empresa do grupo reportadas a 31 de Dezembro de 2005 continuem a reger-se pelas normas do Plano Oficial de Contabilidade (POC), as contas consolidadas relativas ao mesmo período foram construídas de acordo com as “International Accounting Standards (IAS)” / “International Financial Reporting Standards” (IFRS).

Não obstante a aplicação das normas internacionais mencionadas só se tivesse tornado obrigatória a partir do exercício de 2005, o Grupo Estoril Sol fez representar os efeitos daquela transição nas contas do exercício de 2004 para efeitos comparativos.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS REPORTADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

1. Políticas contabilísticas

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Estoril Sol foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro efectivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2005. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de contabilidade (“IAS”) emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelos “Internacional Financial Reporting Interpretation Committee” (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “IFRS”.

O Grupo adoptou os IFRS na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez no exercício de 2005, pelo que nos termos do disposto no IFRS 1 – Primeira Adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS 1”), se considera que a transição dos princípios contabilísticos portugueses para o normativo internacional se reporta a 1 de Janeiro de 2004.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2004, apresentadas para efeitos comparativos, foram igualmente preparadas de acordo com aqueles princípios, considerando adicionalmente as disposições do IFRS 1 na determinação dos ajustamentos efectuados à data de 1 de Janeiro de 2004 (data de transição). As divulgações requeridas pelo IFRS 1, relativas à transição do normativo contabilístico em vigor em Portugal para os IFRS, são apresentadas na Nota 7. O efeito dos ajustamentos relacionados com a adopção dos IFRS, reportados a 1 de Janeiro de 2004, foi registado em resultados transitados, conforme estabelecido pelo IFRS 1.

Bases de consolidação

1.1. As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados da Estoril Sol, S.G.P.S., S.A e das suas empresas filiais, relativamente aos exercícios de 2005 e de 2004.

1.2. As participações financeiras em filiais foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. As filiais foram incluídas na consolidação desde a data em que o controlo foi adquirido até à data em que o mesmo venha a terminar. As participações financeiras nas filiais cujo valor de aquisição foi superior aos direitos que a “Holding” passou a ter sobre as mesmas, ficou registado no activo, em Diferenças de Consolidação (Goodwill), que foram objecto de amortização até 2004. Com a aplicação das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) nos exercícios de 2005 e 2004 (alteração para efeitos comparativos), as diferenças de consolidação deixaram de ser amortizadas, uma vez que passam a estar sujeitas anualmente a testes de imparidade.

As transacções, dividendos distribuídos e saldos em contas correntes entre empresas do grupo são eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente às participações de terceiros é apresentado em interesses minoritários e incluído no capital próprio.

1.3. Participações financeiras em empresas associadas

A Estoril Sol, S.G.P.S., S.A. detém, directamente, 25% do capital social da Estoril Sol Internacional, Lda. e, indirectamente, através da Estoril Sol Imobiliária, S.A., 33,33% da Sociedade Parques do Tamariz, S.A.

Estas participações são apresentadas pelo valor resultante do método da equivalência patrimonial. Segundo este método, as demonstrações financeiras incluem a parte atribuível ao Grupo Estoril Sol dos resultados reconhecidos desde a data em que a influência significativa começa até à data em que efectivamente termina. As associadas são entidades sobre as quais o Grupo Estoril Sol tem entre 20% e 50% dos direitos de voto, ou sobre as quais o Grupo Estoril Sol tem influência significativa.

Principais critérios de valorimetria

Os principais critérios de valorimetria utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo nos períodos apresentados são os seguintes:

1.4. Activos intangíveis

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis e sejam fiavelmente mensuráveis, sendo mantidos ao custo de aquisição deduzido da correspondente amortização.

Os activos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como custo quando incorridos.

As amortizações são calculadas, a partir do momento em que os activos se encontram disponíveis para utilização, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

1.5. Activos tangíveis reversíveis e não reversíveis para o Estado

Os activos tangíveis encontram-se registados pelo valor de aquisição ou de construção, corrigidos nalguns casos, por reavaliações feitas a partir de Diplomas Legais. Decorrente da excepção prevista no IFRS 1, as reavaliações efectuadas antes da data de transição foram mantidas, designando-se esse valor como custo considerado para efeitos de IFRS.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como activos nos casos em que respeitam a um acréscimo dos benefícios económicos futuros e correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos.

As amortizações dos activos tangíveis afectos às concessões do jogo são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com as suas vidas úteis, atento sempre o número de anos que faltam para o termo das concessões.

Em particular, no que respeita às máquinas de jogo, são feitas análises periódicas para identificar eventuais situações de imparidade. Caso sejam identificadas estas situações procede-se ao registo das respectivas perdas.

Quanto às amortizações dos activos tangíveis que são propriedade da empresa, o método de amortização aplicado é o das quotas constantes.

1.6. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e/ou a valorização do capital investido.

As propriedades de investimento são registadas inicialmente ao custo de aquisição acrescido dos custos de transacção, tendo o Grupo optado pela sua mensuração ao custo histórico.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidada do exercício a que se referem.

1.7. Propriedade Industrial e Outros Direitos

A Propriedade industrial e outros direitos respeita ao valor pago ou a pagar ao Estado pelo Grupo para garantir os direitos de exploração das zonas de jogo do Estoril e da Póvoa durante o prazo negociado com o Estado Português.

As amortizações desta rubrica são feitas pelo método das quotas constantes.

1.8. Diferenças de consolidação (“Goodwill”)

O goodwill representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos e passivos identificáveis de uma subsidiária, associada ou entidade conjuntamente controlada, na respectiva data de aquisição. Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do período em que ocorre a aquisição.

Decorrente da excepção prevista no IFRS 1, o Grupo não aplicou retrospectivamente as disposições do IFRS 3 às aquisições ocorridas anteriormente a 1 de Janeiro de 2004, pelo que as diferenças de consolidação originadas em aquisições anteriores à data de transição para os IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram mantidas pelos valores líquidos apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, tendo sido objecto de testes de imparidade, sendo os impactos desses testes registados em “Resultados transitados”, conforme disposto no IFRS 1.

O goodwill é registado como activo e não é sujeito a depreciação, sendo apresentado autonomamente no balanço. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração dos resultados do período e não pode ser susceptível de reversão posterior.

Na alienação de uma subsidiária, associada ou entidade conjuntamente controlada, o correspondente goodwill é incluído na determinação da mais ou menos valia.

1.9. Investimentos em associadas

Os investimentos em associadas correspondem a participações financeiras representativas de 20% a 50% menos uma acção do capital social das empresas participadas. As participações desta natureza são detidas pelas nossas empresas “Estoril Sol Imobiliária, SA” e “ESSAL – Comércio Alimentar, SA”.

Estas participações estão valorizadas ao preço de custo.

1.10. Activos tangíveis e intangíveis em curso

Os activos tangíveis e intangíveis em curso são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, e começam a ser depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para utilização.

Estes activos dizem respeito, essencialmente, a despesas com o Casino de Lisboa, que se encontra em fase de instalação.

1.11. Inventários

As existências encontram-se valorizadas ao custo de produção (ou de aquisição, conforme aplicável) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os inventários são constituídos por matérias-primas, subsidiárias e de consumo, produtos acabados e intermédios e mercadorias, relacionadas a exploração dos Casinos Estoril e da Póvoa e estão valorizados ao preço de custo e por terrenos e imóveis relacionados com a actividade imobiliária de algumas das empresas do grupo.

1.12. Contas a receber, comerciais e outras

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

1.13. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como disponíveis para venda se o seu valor de balanço apenas for recuperado através de uma alienação e não através do uso continuado dos mesmos. Para que tais activos sejam objecto de tal classificação, os mesmos têm de estar disponíveis para venda imediata nas suas condições actuais, a venda tem de ser altamente provável, o Conselho de Administração tem de estar comprometido a executar tal venda e a alienação ocorrer num período de 12 meses, conforme estabelecido no IFRS 5.

Os activos não correntes classificados como disponíveis para venda são registados pelo mais baixo entre o seu valor de balanço e o justo valor dos mesmos, deduzido dos custos expectáveis com a sua venda.

1.14. Outros devedores e acréscimos e diferimentos

Estas dívidas são registadas pelo seu valor nominal deduzidas de eventuais perdas, de forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

1.15. Pré-pagamentos correntes

Respeitam a adiantamentos a fornecedores e encontram-se registados pelo seu valor nominal.

1.16. Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e de custos de transacção incorridos. Em períodos subsequentes, os empréstimos são registados de acordo com o método do custo amortizado; qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos dos custos de transacção) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

Os empréstimos com vencimento inferior a doze meses são classificados como passivos correntes, a não ser que o grupo tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data do balanço.

1.17. Contas a pagar, comerciais e outras

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal.

1.18. Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. No caso de alienação de acções próprias os ganhos ou perdas a ela inerente serão registadas em “Outras reservas”.

1.19. Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Nestes termos, são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

1.20. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição e a construção de activos tangíveis são capitalizados, fazendo parte do valor do activo. A capitalização destes encargos cessa quando o mesmo se encontra disponível para utilização.

1.21. Provisões, passivos e activos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando, e somente quando, existe uma obrigação presente (legal ou implícita) para o Grupo resultante de um evento passado, para cuja resolução é provável ser necessário um dispêndio de recursos internos, e cujo montante possa ser razoavelmente estimado.

As provisões para custos de reestruturação apenas são reconhecidas quando existe um plano formal e detalhado, identificando as principais características do projecto e após terem sido comunicados esses factos às entidades envolvidas.

O valor das provisões é revisto e ajustado à data do balanço, de modo a reflectir a melhor estimativa nesse momento.

Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, o passivo contingente correspondente não é reconhecido, sendo apenas divulgado (Nota 33), a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes decorrentes de eventos passados, cuja existência dependa da ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos que não estão completamente sob o controlo do Grupo, não são registados, sendo contudo objecto de divulgação no anexo às demonstrações financeiras.

1.22. Imparidade de activos que não “goodwill”

É efectuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de indícios de imparidade, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a extensão da perda de imparidade, se alguma. Nas situações em que o activo individualmente não gera cash-flows de forma independente de outros activos, a estimativa do valor recuperável é efectuada para a unidade geradora de caixa a que o activo pertence.

Activos intangíveis de vida útil indefinida são sujeitos a testes de imparidades anuais ou sempre que se verifica existirem indícios de que a mesma exista.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração dos resultados.

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos para vender) e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. Esta reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

1.23. Deduções fiscais realizadas em financiamentos obtidos para a aquisição de activos tangíveis e intangíveis

As deduções fiscais são reconhecidas de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidas e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

As deduções fiscais atribuídas às empresas do Grupo, a fundo perdido, para financiamento de activos tangíveis são registadas, como proveitos diferidos e reconhecidas na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos activos tangíveis subsidiados.

1.24. Rédito

Os proveitos decorrentes de vendas e prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidada quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado e com referência à fase de acabamento da transacção à data de balanço, respectivamente. As vendas e prestações de serviços são reconhecidas líquidas de descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As receitas dos jogos de fortuna e azar apuradas diariamente são reconhecidas como rédito na demonstração dos resultados na rubrica “Prestações de serviços” deduzidas da estimativa de prémios de jogo acumulados a pagar e imposto sobre o jogo.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

1.25. Pensões de reforma

A Estoril Sol, S.G.P.S, S.A, tem o compromisso de conceder a Administradores com dez anos de serviço à sociedade prestações pecuniárias a título de pensões de reforma e complemento de pensão de reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos, não tanto no entanto um fundo de pensões autónomo constituído.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter anualmente cálculos actuariais das responsabilidades, sendo calculadas pelas normas técnicas do Instituto de Seguros de Portugal.

As responsabilidades actuais são calculadas de acordo com a Tábua de mortalidade TV73/77, em que a taxa técnica é de 3% e as taxas de crescimento das pensões e dos salários é de 0%.

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência são registadas de acordo com os critérios consagrados no IAS 19. Esta norma estabelece a obrigatoriedade das empresas com planos de pensões reconhecerem os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

O Grupo não adoptou a excepção preconizada no IFRS 1, pelo que as normas internacionais de contabilidade foram aplicadas retrospectivamente desde o início do plano. O reconhecimento em resultados dos ganhos e perdas actuariais não segue a regra do “corredor”, sendo utilizado um método de reconhecimento mais rápido, que consiste no reconhecimento imediato na demonstração dos resultados de todas as perdas e ganhos actuariais.

1.26. Imposto sobre o rendimento

O Grupo Estoril Sol, encontra-se abrangido pelo regime de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC, à taxa de 25%, acrescida de Derrama à taxa de 10%, resultando numa taxa de imposto agregada de 27,5%, e pelo regime de tributação de Imposto sobre o Jogo para as empresas, Estoril Sol III, S.A. e Varzim Sol, S.A., que exploram a actividade de jogos de fortuna e azar no Estoril e na Póvoa de Varzim, respectivamente, à taxa de 50% sobre as receitas brutas de jogo, deduzida de benefícios atribuídos pelo Estado.

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pelo IAS 12 – “Imposto sobre o rendimento”. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustados pelas legislações fiscais aplicáveis, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data do balanço.

Tal como estabelecido na referida norma, são reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

1.27. Classificações de balanço

São classificados, respectivamente, no activo e no passivo como correntes, os activos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data do balanço, ou que são expectáveis que se realizem no decurso normal das operações da empresa, ou que são detidos com a intenção de transacção em prazo inferior a um ano.

1.28. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

1.29. Alterações de políticas, estimativas e erros fundamentais

Em resultado de incertezas inerentes à actividade, a base dos valores estimados é a última informação disponível fiável. A revisão de uma estimativa de um período anterior não é considerada como um erro. As alterações de estimativas apenas são reconhecidas prospectivamente em resultados e são alvo de divulgação quando o impacto é materialmente relevante.

Durante o exercício de 2005, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face àquelas consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, apresentada para efeitos comparativos.

2. Quadros e notas explicativas aos balanços consolidados

2.1. Activos intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, não houve qualquer movimento nesta rubrica.

Em 31 de Dezembro de 2003, estavam registados nesta rubrica despesas de instalação de 9.680 Euros. Com a aplicação dos IFRS este valor foi registrado na rubrica “Resultados transitados”.

2.2. Movimentos dos activos intangíveis, tangíveis, propriedade industrial e outros direitos e goodwill

2.2.1. Quadro demonstrativo dos movimentos ocorridos no activo bruto entre 1 de Janeiro de 2005 e 31 de Dezembro de 2005

Rúbricas	Saldo inicial em 01.01.2005	Alter. do perímetro de consolidação	Aumentos	Transf's, Alienações	regulariz. e abates	Saldo final em 31.12.2005
Imobilizado						
Imobilizações incorpóreas						
Prop. industrial e outros direitos	230.633.507	-	-	-	(497)	230.633.010
Direitos de exploração	312.041	-	-	-	(259.108)	52.933
Imobilizações em curso	30.486.701	-	-	-	(32.207)	30.454.494
Goodwill	9.496.168	-	-	-	1.064.592	10.560.760
Sub-total	270.928.417	-	-	-	772.780	271.701.197
Imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	75.170	-	-	(8.087)	-	67.083
Edifícios e outras construções	114.955.006	-	122.520	-	630.451	115.707.977
Equipamento básico	56.786.714	(33.868)	4.593.006	-	(389.587)	60.956.265
Equipamento de transporte	559.746	(178)	316.529	(71.326)	(142.579)	662.192
Ferramentas e utensílios	140.802	(74.992)	4.872	-	(870)	69.812
Equipamento administrativo	3.095.601	(14.566)	61.830	-	(51.891)	3.090.974
Imobilizações em curso	19.888.276	-	26.289.173	-	1.400.930	47.578.379
Adiantamentos p/c imob. Corpóreas	7.232.082	-	250.000	-	(2.920.951)	4.561.131
Sub-total	202.733.397	(123.604)	31.637.930	(79.413)	(1.474.497)	232.693.813
Total	496.656.722	(123.604)	31.637.930	(79.413)	(701.717)	504.395.010
Investimentos financeiros						
Partes capital em emp. associadas	406.342	-	48.769	-	-	455.111
Propriedades de investimento	277.669	-	-	-	-	277.669
Sub-total	684.011	-	48.769	-	-	732.780
Total	497.340.733	(123.604)	31.686.699	(79.413)	(701.717)	505.127.790

Anexo à Demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2005 e 2004



Valores expressos em euros

2.2.2. Quadro demonstrativo dos movimentos ocorridos nas amortizações entre 1 de Janeiro de 2005 e 31 de Dezembro de 2005

Rúbricas	Saldo inicial em 01.01.2005	Alter. do perímetro de consolidação	Reforços	Alienações	Transf's, regulariz. e abates	Salfo final em 31.12.2005
Imobilizado:						
Imobilizações incorpóreas:						
Prop. industrial e outros direitos	72.426.686	-	9.300.205	-	(647.818)	81.079.073
Direitos de exploração	270.684	-	-	-	(225.556)	45.128
Sub-total	72.697.370	-	9.300.205	-	(873.374)	81.124.201
Imobilizações corpóreas:						
Edifícios e outras construções	48.744.804	-	5.457.472	-	(380.574)	53.821.702
Equipamento básico	41.648.466	(31.203)	6.634.085	-	(809.911)	47.441.437
Equipamento de transporte	447.109	(178)	50.541	(32.435)	(172.074)	292.963
Ferramentas e utensílios	129.187	(72.517)	3.272	-	(761)	59.181
Equipamento administrativo	2.190.273	(14.566)	269.840	-	(112.290)	2.333.257
Sub-total	93.159.839	(118.464)	12.415.210	(32.435)	(1.475.610)	103.948.540
Total	165.857.209	(118.464)	21.715.415	(32.435)	(2.348.984)	185.072.741
Investimentos financeiros						
Propriedades de investimento	12.047	-	5.661	-	-	17.708
Sub-total	12.047	-	5.661	-	-	17.708
Total	165.869.256	(118.464)	21.721.076	(32.435)	(2.348.984)	185.090.449

2.2.3. Quadro demonstrativo dos movimentos ocorridos no activo bruto entre 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2004

Rúbricas	Saldo inicial em 01.01.2004	Efeitos de transição	Aumentos	Alienações	Transf ^a , regulariz. e abates	Saldo final em 31.12.2004
Imobilizado						
Imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação	3.399.199	(3.399.199)	-	-	-	-
Prop. industrial e outros direitos	237.572.474	(6.938.967)	-	-	-	230.633.507
Direitos de exploração	-	312.041	-	-	-	312.041
Trespasses	948.139	(948.139)	-	-	-	-
Imobilizações em curso	17.095.936	12.904.064	486.701	-	-	30.486.701
Goodwill	25.685.694	(15.124.936)	-	-	(1.064.590)	9.496.168
Sub-total	284.701.442	(13.195.136)	486.701	-	(1.064.590)	270.928.417
Imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	2.365.604	(2.261.827)	-	-	(28.607)	75.170
Edifícios e outras construções	152.652.647	(36.757.103)	1.354.764	(85.421)	(2.209.881)	114.955.006
Equipamento básico	56.155.196	-	1.545.752	(1.401.484)	487.250	56.786.714
Equipamento de transporte	632.829	-	43.744	(95.932)	(20.895)	559.746
Ferramentas e utensílios	133.181	-	8.531	(910)	-	140.802
Equipamento administrativo	3.012.380	-	264.687	(126.247)	(55.219)	3.095.601
Imobilizações em curso	2.891.002	(2.400)	20.076.471	-	(3.076.797)	19.888.276
Adiantamentos p/c imob. Corpóreas	303.339	-	6.928.743	-	-	7.232.082
Sub-total	218.146.178	(39.021.330)	30.222.692	(1.709.994)	(4.904.149)	202.733.397
Total	502.847.620	(52.216.466)	30.709.393	(1.709.994)	(5.968.739)	473.661.814
Investimentos financeiros						
Partes capital em emp. associadas	487.365	-	-	(81.023)	-	406.342
Propriedades de investimento	-	277.669	-	-	-	277.669
Sub-total	487.365	277.669	-	(81.023)	-	684.011
Total	503.334.985	(51.938.797)	30.709.393	(1.791.017)	(5.968.739)	474.345.825

Anexo à Demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2005 e 2004

Valores expressos em euros

2.2.4. Quadro demonstrativo dos movimentos ocorridos nas amortizações entre 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2004.

Rúbricas	Saldo inicial em 01.01.2004	Efeitos de transição	Reforços	Alienações	Transf ^a , regulariz. e abates	Saldo final em 31.12.2004
Imobilizado:						
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	3.386.557	(3.386.557)	-	-	-	-
Prop. industrial e outros direitos	39.852.556	23.209.711	9.300.205	-	64.214	72.426.686
Direitos de exploração	148.369	(148.369)	-	-	-	-
Trespasses	10.435.564	(10.435.564)	1.064.590	-	(1.064.590)	-
Goodwill	-	259.169	270.684	-	(259.169)	270.684
Sub-total	53.823.046	9.498.390	10.635.479	-	(1.259.545)	72.697.370
Imobilizações corpóreas:						
Edifícios e outras construções	68.277.953	(25.467.198)	6.336.316	(57.303)	(344.964)	48.744.804
Equipamento básico	34.393.053	-	8.247.660	(964.244)	(28.003)	41.648.466
Equipamento de transporte	451.280	-	49.906	(49.416)	(4.661)	447.109
Ferramentas e utensílios	127.448	-	1.779	(910)	870	129.187
Equipamento administrativo	2.006.099	-	233.142	(119.105)	70.137	2.190.273
Sub-total	105.255.833	(25.467.198)	14.868.803	(1.190.978)	(306.621)	93.159.839
Total	159.078.879	(15.968.808)	25.504.282	(1.190.978)	(1.566.166)	165.857.209
Investimentos financeiros						
Propriedades de investimento	-	2.402	9.645	-	-	12.047
Sub-total	-	2.402	9.645	-	-	12.047
Total	159.078.879	(15.966.406)	25.513.927	(1.190.978)	(1.566.166)	165.869.256

2.3. Activos tangíveis não reversíveis para o Estado

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 estas rubricas tinham a seguinte composição:

	31.12.2005			31.12.2004		
	Activo bruto	Amortizaç. acumuladas	Activo líquido	Activo bruto	Amortizaç. acumuladas	Activo líquido
Activos tangíveis:						
Terrenos e recursos naturais	67.083	-	67.083	75.170	-	75.170
Edifícios e outras construções	10.026	8.440	1.586	7.180	2.050	5.130
Equipamento básico	1.452.979	1.333.063	119.916	1.459.727	1.340.000	119.727
Equipamento de transporte	662.192	292.963	369.229	559.746	447.109	112.637
Ferramentas e utensílios	15.694	13.037	2.657	89.519	84.433	5.086
Equipamento administrativo	835.342	835.342	-	880.392	868.170	12.222
Outras imobilizações corpóreas	-	-	-	-	-	-
Imobilizado corpóreo em curso	43.997.968	-	43.997.968	19.816.148	93.245	19.722.903
Adiant. p/conta de imob. corpóreo	4.561.131	-	4.561.131	7.232.082	-	7.232.082
Total	51.602.416	2.482.844	49.119.572	30.119.964	2.835.007	27.284.957

Encontra-se em curso a instalação do Casino de Lisboa, cuja abertura se prevê para 2006. As despesas incorridas até 31 de Dezembro de 2005 com este projecto encontram-se registadas nas rubricas “Activos tangíveis não reversíveis para o estado – Imobilizações corpóreas em curso” e “Activos intangíveis em curso” e totalizam em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, 74.452.462 Euros e 50.209.604 Euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2005, aquele montante incluía 17.603.752 Euros e 30.000.000 Euros (Nota 2.9), relacionados com a aquisição do imóvel do Casino de Lisboa e com o prémio negociado com o Estado para a exploração da concessão, respectivamente. Adicionalmente, no exercício findo a 31 de Dezembro de 2005 o Grupo incluiu 1.170.662 Euros no valor de aquisição e/ou construção do projecto Casino de Lisboa relativos a encargos financeiros com o financiamento deste projecto.

2.4. Activos tangíveis reversíveis para o Estado

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 estas rubricas têm o seguinte detalhe:

	31.12.2005			31.12.2004		
	Activo bruto	Amortizaç. acumuladas	Activo líquido	Activo bruto	Amortizaç. acumuladas	Activo líquido
Edifícios e outras construções	115.697.951	53.813.263	61.884.688	114.947.827	48.742.755	66.205.072
Equipamento básico	59.481.878	46.108.374	13.373.505	55.326.987	40.308.466	15.018.521
Ferramentas e utensílios	54.118	46.145	7.973	51.283	44.754	6.529
Equipamento administrativo	2.277.039	1.497.915	779.125	2.215.209	1.322.103	893.106
Imobilizado em curso - obras em curso	2.383.475	-	2.383.475	996.309	-	996.309
Imobilizado em curso - equipamentos	1.196.936	-	1.196.936	116.573	-	116.573
Total	181.091.397	101.465.697	79.625.701	173.654.188	90.418.078	83.236.110

Independentemente do Estado comparticipar ou não os equipamentos e obras em cada um dos casinos cuja exploração é detida pelo Grupo (Casino Estoril, Casino da Póvoa), no final do prazo das concessões todos os bens destas unidades de exploração revertem para a propriedade do Estado. Situação diferente será a que acontecerá com o futuro Casino de Lisboa, em que o edifício se manterá como propriedade do Grupo no final do prazo da concessão. Não existem bens reversíveis para o Estado que tenham sido objecto de reavaliação livre ou legal.

2.5. Propriedades de investimento

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o detalhe das propriedades de investimento detidas pelo grupo é como segue:

	31.12.2005	31.12.2004
Apartamento do Monte do Estoril	259.961	265.512

Esta propriedade de investimento é detida pelo Grupo para apreciação do capital investido, não estando prevista a concretização da sua venda no curto prazo.

Em 31 de Dezembro de 2005, o valor de realização estimado do apartamento do Monte do Estoril não é inferior ao seu valor contabilístico.

2.6. Propriedade industrial e outros direitos

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o detalhe da propriedade de industrial e outros direitos é como segue:

	31.12.2005		
	Activoo bruto	Depreciaç.e amortizações	Activo Líquido
Prémio da concessão do jogo do Estoril	118.998.905	29.750.098	89.248.807
Prémio da concessão do jogo da Póvoa	77.056.555	16.751.425	60.305.130
Total	196.055.460	46.501.523	149.553.937

	31.12.2004		
	Activo Bruto	Depreciaç. e amortizações	Activo líquido
Prémio da concessão do jogo do Estoril - POC IFRS	123.361.320 (4.362.415)	5.871.996 18.559.206	117.489.324 (22.921.621)
Total após IFRS	118.998.905	24.431.202	94.567.703
Prémio da concessão do jogo da Póvoa - POC IFRS	79.633.107 (2.576.552)	2.904.646 10.512.792	76.728.461 (13.089.344)
Total após IFRS	77.056.555	13.417.438	63.639.117
Total	196.055.460	37.848.639	158.206.821

A concessão do Estoril transitou da então Estoril Sol, S.A. (hoje designada por Estoril Sol, S.G.P.S, S.A.) para a Estoril Sol III, S.A., no ultimo trimestre de 2001. Neste processo de transacção gerou-se uma mais valia entre empresas do grupo com o prémio da concessão de 1987, no valor de 4.701.376 Euros, a qual é objecto de eliminação nas contas consolidadas. Por outro lado, negocou a prorrogação da concessão do Estoril até ao ano 2020, tendo assumido uma obrigação financeira para com o Estado no valor de 98.759.889 Euros, cujo pagamento se iniciou em 2001 com o valor de 57.641.085 Euros e termina em Julho de 2006 com o pagamento da última das dez prestações de valor base igual a 4.111.880 Euros, a que acrescerão actualizações monetárias definidas em contrato. De salientar que em 2001 se estimou e capitalizou as actualizações monetárias para as dez prestações acordadas, tendo-se, contudo, a partir do momento da aplicação das normas internacionais de contabilidade, procedido à sua correcção. O mesmo procedimento foi assumido em relação ao Casino da Póvoa, cuja concessão se prolonga até ao exercício de 2023.

O Grupo Estoril Sol solicitou a entidades independentes o estudo de imparidade relacionado com os prémios das concessões do jogo do Estoril e da Póvoa, tendo-se concluído pela não existência de situações de imparidade.

2.7. Diferenças de Consolidação (“Goodwill”)

Com a aplicação das IFRS, as diferenças de consolidação deixaram de ser amortizadas, ficando sujeitas a estudos de imparidade.

Em 31 de Dezembro de 2005 esta rubrica tem o seguinte detalhe:

Diferença de consolidação líquida apurada na compra da participação na Varzim Sol, S.A. Dif ^a . de consolid, apurada na Varzimgeste, SA na compra de parte da participação da Varzim Sol S.A.	7.164.656 8.080.486
Diferença de consolidação- Mandarim Sol, S.A.	796.859
Outras diferenças de consolidação	7.901
Ajustamentos efectuados na transição para IFRS	(5.489.142)
Valor líquido das diferenças de consolidação em 31 de Dezembro de 2005 (IFRS)	10.560.760

No cumprimento das disposições do IFRS 3, o Grupo procedeu desde 2004 a análises de imparidade das diferenças de consolidação, com base em avaliações dos vários segmentos de negócio (Casino do Estoril e Casino da Póvoa) efectuadas por entidades externas e, internamente, com base nos planos de negócio dos diversos segmentos concluindo que o seu valor é inferior ao valor estimado de realização. No entendimento do Conselho de Administração da Estoril Sol, S.A., com base em análises efectuadas internamente e nas perspectivas dos resultados futuros do Casino do Estoril e da Póvoa do Varzim, esta situação continua a verificar-se em 31 de Dezembro de 2005. O método de avaliação usado é o “discounted cash-flow”, que utiliza pressupostos actualizados e razoáveis face aos respectivos sectores de actividade das empresas participadas a que dizem respeito.

2.8. Investimentos em associadas

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o detalhe dos investimentos financeiros em associadas é como segue:

Denominação	31.12.2005		Percentagem efectiva do Grupo	Valor de participação
	Capital próprio	Resultado líquido		
Parques do Tamariz, S.A. Interestra, S.A.	1.336.741 n.d.	146.453 n.d.	33,3% n.d.	445.135 9.976
				455.111

Denominação	31.12.2004		Percentagem efectiva do Grupo	Valor de participação
	Capital próprio	Resultado líquido		
Parques do Tamariz, S.A. Interestra, S.A.	1.190.288 n.d.	(243.309) n.d.	33,3% n.d.	396.366 9.976
				406.342

Como resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, foram registados na demonstração dos resultados, 48.769 Euros e 81.023 Euros, respectivamente, relacionados com ganhos e perdas obtidos em empresas participadas (Nota 3.3).

2.9. Activos intangíveis em curso

Esta rubrica respeita, essencialmente, a despesas com o Casino de Lisboa, que em 31 de Dezembro de 2005 se encontra em fase de instalação, de que se destaca a contrapartida financeira a que o Grupo se obrigou perante o Estado para a sua exploração, no valor de 30.000.000 Euros (Nota 2.3). Em 31 de Dezembro de 2005, encontra-se por liquidar 22.500.000 Euros (Nota 2.17).

2.10. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o valor das existências tem o seguinte detalhe:

	Valor bruto em 1.1.2004	Perdas de imparidade acumuladas a 1.1.2004	Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS	Valor líquido em 1.1.2004
Matérias-primas e materiais diversos de exploração	730.781	(146.626)	-	584.155
Produtos e trabalhos em curso:				
Hotel Miramar (DTH)	2.928.358	-	(2.928.358)	-
Oficinas de Alcoitão (ESI)	4.489.181	-	(4.489.181)	-
Stand de Tiro do Goulão (ESI)	2.743.388	-	(2.743.388)	-
	10.160.928	-	(10.160.928)	-
Produtos acabados e intermedios:				
Terreno do Celão (Santa Susana)	-	-	2.756	2.756
Hotel Miramar (DTH)	-	-	2.928.358	2.928.358
Oficinas de Alcoitão (ESI)	-	-	4.489.181	4.489.181
Stand de Tiro do Goulão (ESI)	-	-	2.140.000	2.140.000
Creche MTS (Estoril Sol V)	-	-	30.349	30.349
Golfe Estoril Sol	-	-	700.000	700.000
Chão do Parque - terreno	-	-	750.000	750.000
Imobiliária D. Luís	7.739	-	2.297.354	2.305.093
Vivenda Solmar	-	-	352.807	352.807
Hotel Estoril Sol	-	-	20.852.059	20.852.059
Edifício Sopete	13.026	-	-	13.026
Despesas de produção do show diário	-	-	123.442	123.442
	20.765	-	34.666.306	34.687.071
Mercadorias	81.684	-	-	81.684
Total	10.994.158	(146.626)	24.505.379	35.352.910

Anexo à Demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2005 e 2004

Valores expressos em euros

	Valor bruto em 31.12.2004	Perdas de imparidade acumuladas a 31.12.2004	Valor líquido em 31.12.2004
Matérias-primas e materiais diversos de exploração	863.544	(146.626)	716.918
Produtos acabados e intermedios:			
Terreno do Celão (Santa Susana)	2.756	-	2.756
Hotel Miramar (DTH)	2.956.228	-	2.956.228
Oficinas de Alcoitão (ESI)	4.491.442	-	4.491.442
Stand de Tiro do Goulão (ESI)	2.743.388	(603.388)	2.140.000
Creche MTS (Estoril Sol V)	-	-	-
Golfe Estoril Sol	1.161.853	(461.853)	700.000
Chão do Parque - terreno	750.000	-	750.000
Imobiliária D. Luís	76.169	-	76.169
Vivenda Solmar	348.408	-	348.408
Hotel Estoril Sol	19.580.578	-	19.580.578
Edifício Sopete	13.026	-	13.026
Despesas de produção do show diário	458.394	-	458.394
	-	-	-
	32.582.243	(1.065.241)	31.517.002
Mercadorias	39.158	-	39.158
Total	33.484.945	(1.211.867)	32.273.078

	Valor bruto em 31.12.2005	Alteração do perímetro de consolidação	Perdas de imparidade acumuladas a 31.12.2005	Valor líquido em 31.12.2005
Matérias-primas e materiais diversos de exploração	660.403	-	-	660.403
Produtos acabados e intermedios:				
Terreno do Celão (Santa Susana)	2.756	-	-	2.756
Hotel Miramar (DTH)	2.956.228	-	-	2.956.228
Oficinas de Alcoitão (ESI)	4.622.648	-	-	4.622.648
Stand de Tiro do Goulão (ESI)	2.743.388	-	(603.388)	2.140.000
Creche MTS (Estoril Sol V)	-	-	-	-
Golfe Estoril Sol	-	(700.000)	-	-
Chão do Parque - terreno	750.000	-	-	750.000
Imobiliária D. Luís	-	-	-	-
Vivenda Solmar	352.807	-	-	352.807
Hotel Estoril Sol	24.311.789	-	-	24.311.789
Edifício Sopete	13.026	-	-	13.026
Despesas de produção do show diário	361.256	-	-	361.256
	36.113.899	(700.000)	(603.388)	35.510.511
Mercadorias	33.603	-	-	33.603
Total	36.807.905	(700.000)	(603.388)	36.204.517

Anexo à Demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2005 e 2004

Valores expressos em euros



No exercício findo a 31 de Dezembro de 2005, o aumento ocorrido no inventário Hotel Estoril Sol respeita essencialmente a custos de conversão e outros custos necessários para colocar este activo em condições de venda.

No exercício findo a 31 de Dezembro de 2004, o Grupo alienou algumas das fracções da Imobiliária D. Luis pelo valor de 2.245.000 Euros.

2.11. Contas a receber comerciais e outras

	Valor bruto a 31.12.2005	Reduções acumuladas ao valor de realização	Valor realizável a 31.12.2005	Valor bruto a 31.12.2005	Reduções acumuladas ao valor de realização	Valor realizável a 31.12.2004
Clientes Estado e outros entes públicos	6.172.282 1.757.725	5.370.369 128.271	801.913 1.629.454	6.542.626 1.524.605	5.546.146 128.271	996.480 1.396.334
Total	7.930.007	5.498.640	2.431.367	8.067.231	5.674.417	2.392.814

As contas a receber comerciais e outras dizem respeito, fundamentalmente, a clientes conta corrente e a Imposto sobre o valor acrescentado a reembolsar.

2.12. Activos não correntes detidos para venda

Os activos detidos para venda em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 têm a seguinte composição:

	31.12.2005		31.12.2004
	Saldo inicial	Redução	Saldo final
Edifício Sopete	355.889	190.834	165.056
			355.889

Este activo corresponde, unicamente, a uma fracção de um edifício situado na Póvoa de Varzim e é propriedade da empresa participada Varzim Sol, SA. (Nota 1.13).

2.13. Outros devedores e acréscimos e diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o valor dos outros devedores e acréscimos e diferimentos tem o seguinte detalhe:

	Valor bruto a 31.12.2005	Reduções acumuladas ao valor de realização	Valor realizável a 31.12.2005	Valor bruto a 31.12.2004	Reduções acumuladas ao valor de realização	Valor realizável a 31.12.2004
Outros devedores Acréscimos e diferimentos	3.700.683 1.507.226	2.167.163 -	1.533.520 1.507.226	3.511.545 1.746.378	2.468.493 -	1.043.052 1.746.378
Total	5.207.909	2.167.163	3.040.746	5.257.923	2.468.493	2.789.430

Em 31 de Dezembro de 2005, as contas a receber de outros devedores respeitavam, essencialmente a adiantamentos de fornecedores e a dívidas a receber relacionadas com o aluguer de espaços comerciais nos Casinos do Estoril e da Póvoa de Varzim.

2.14. Pré-pagamentos

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o valor desta rubrica diz respeito a adiantamentos a fornecedores correntes e adiantamentos a fornecedores de imobilizado.

2.15. Caixa e Equivalentes a Caixa

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a discriminação de caixa e seus equivalentes constantes na demonstração dos fluxos de caixa, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes no balanço é conforme segue:

	31.12.2005	31.12.2004
Numerário	6.004.225	6.016.792
Depositos bancários imediatamente mobilizáveis	6.429.517	3.186.000
	12.433.742	9.202.792
Descobertos bancários (Nota 2.16)	(5.123)	(468.914)
	12.428.619	8.733.878

A rubrica de caixa e equivalentes a caixa compreende os valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

2.16 Empréstimos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2005	31.12.2004
Médio e longo prazo:		
Papel Comercial	55.000.000	100.000.000
Obrigações não convertíveis	48.000.000	48.000.000
Financiamento médio e logo prazo	64.045.000	9.000.625
Comissões e outros encargos bancários	(703.141)	(2.492.814)
	166.341.859	154.507.811
Curto prazo:		
Papel Comercial	23.000.000	-
Financiamento curto prazo	-	4.463.500
Comissões e outros encargos bancários	(1.234.642)	-
Descobertos bancários (Nota 2.15)	5.123	468.914
	21.770.481	4.932.414
Total	188.112.340	159.440.225

Programa de Papel Comercial

O Programa de Papel Comercial no montante de 150.000.000 Euros iniciado em Junho de 2003, foi modificado em 3 de Setembro de 2004, tendo o seu montante máximo de emissão sido reduzido para 100.000.000 Euros, vencendo juros a taxas normais de mercado. Em 31 de Dezembro de 2005, o valor em dívida relativo ao referido programa ascende a 78.000.000 Euros, o qual será reduzido anualmente em 23.000.000 Euros em Junho de 2006, 26.500.000 Euros em Junho de 2007 e 28.500.000 Euros em Junho de 2008.

Obrigações não Convertíveis a Médio e Longo Prazo (MLP)

Em 3 de Setembro de 2004, foram emitidas obrigações não convertíveis no montante de 48.000.000 Euros, com taxa de juro indexada à Euribor a 6 meses. Os juros são pagos semestral e postecipadamente, em 3 de Março e 3 de Setembro de cada ano, tendo-se vencido o primeiro cupão em Março de 2005. O reembolso será efectuado numa única prestação no final do prazo da emissão, em 3 de Setembro de 2009.

Financiamento de Médio e Longo Prazo (MLP)

Foi contraído em Junho de 2005 um financiamento de MLP no montante de 35.000.000 Euros do qual foi utilizado até 31 de Dezembro de 2005, um montante de 25.000.000 Euros.

Este financiamento tem um prazo de sete anos e meio, com dois anos e meio de carência de capital, com reembolsos anuais iguais e sucessivos, no montante de 7.500.000 Euros, com início em 20 de Dezembro de 2007 e termo em Dezembro de 2011. Vence juros trimestrais postecipados a uma taxa indexada à Euribor a três meses.

Anexo à Demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2005 e 2004

Valores expressos em euros



Adicionalmente, estão negociadas duas linhas de crédito em contas correntes caucionadas no montante de 23.000.000 Euros e 35.000.000 Euros, sendo os montantes utilizados em 31 de Dezembro de 2005 de 19.045.000 Euros e 20.000.000 Euros, respectivamente.

Uma das linhas de crédito vence juros mensais indexados à taxa Eonia e a outra linha de crédito vence juros semestrais indexados à Euribor a seis meses. Este último financiamento tem dois anos e meio de carência de capital, com reembolsos anuais iguais e sucessivos, com início em 30 de Junho de 2008 e termo em 30 de Junho de 2013.

Financiamento de Curto Prazo (CP)

Os descobertos bancários vencem juros a taxas de mercado para operações similares.

2.17. Contas a pagar não comerciais e outras não correntes

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2005	31.12.2004
Passivos não correntes:		
Estado e outros entes públicos:		
Prémio da concessão Casino de Lisboa	22.500.000	22.500.000
Prémio da concessão Casino do Estoril	-	8.223.760
Prémio da concessão Casino da Póvoa de Varzim	-	4.859.495
	22.500.000	35.583.255
Passivos correntes:		
Fornecedores	3.505.553	3.377.070
Fornecedores de imobilizado	10.677.195	9.883.322
Estado e outros entes públicos:		
Prémio da concessão Casino do Estoril	8.223.760	8.223.760
Prémio da concessão Casino da Póvoa de Varzim	4.859.494	4.859.494
Contrapartida anual	25.071.402	25.113.297
Outras dívidas relacionadas com o imposto de jogo	4.491.380	4.494.476
IVA a pagar	76.223	4.248
Contribuições para a segurança social	589.437	587.577
Impostos sobre o rendimento das pessoas singulares	338.205	296.906
Outros passivos correntes	1.266.751	-
	59.099.400	56.840.150
Total	81.599.400	92.423.405

Em 31 de Dezembro de 2005 o valor de médio e longo prazo registado nesta rubrica no montante de 22.500.000 Euros diz respeito a 75% da contrapartida negociada com o Estado para a exploração do Casino de Lisboa (Nota 2.9). Este valor será pago em três prestações anuais, de 7.500.000 Euros cada, a iniciar em 31 de Dezembro do ano de entrada em funcionamento do Casino, que se prevê para 2006. No exercício de 2004 o Grupo, já tinha liquidado o valor de 7.500.000 Euros relativo à primeira prestação.

2.18. Obrigações de benefícios de reforma

A Estoril Sol, S.G.P.S., S.A. assumiu no passado o compromisso de conceder a Administradores com dez anos de serviço, prestações pecuniárias a título de pensões de reforma.

Para o cálculo das pensões de reforma considerou-se os seguintes principais pressupostos e bases técnicas e actuariais:

	31-12-2005	31-12-2004
Taxa de crescimento salarial	0%	0%
Taxa de crescimento das pensões	0%	0%
Taxa técnica actuarial	3%	3%
Tábuas actuariais:		
Mortalidade	TV 73/77	TV 73/77

De acordo com um estudo actuarial realizado por uma sociedade independente, o valor actual das responsabilidades por serviços passados dos seus empregados activos e reformados em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 ascendem a 7.251.275 Euros e 7.720.068 Euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 o valor dessas responsabilidades estava totalmente provisionado.

2.19. Provisões para outros riscos e encargos

Em 31 de Dezembro de 2005 as provisões para outros riscos e encargos apresentam o seguinte movimento:

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções/ utilizações	Saldo final
Provisões para outros riscos e encargos	1.073.714	256.257	(271.756)	1.058.215
Provisões para indemnizações	1.126.000	-	(1.126.000)	-
Total	2.199.714	256.257	(1.397.756)	1.058.215

Em 31 de Dezembro de 2004 as provisões para outros riscos e encargos apresentam o seguinte movimento:

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções/ utilizações	Saldo final
Provisões para outros riscos e encargos	1.635.077	292.334	(853.697)	1.073.714
Provisões para indemnizações	1.126.000	-	-	1.126.000
Total	2.761.077	292.334	(853.697)	2.199.714

Em 31 de Dezembro de 2005, encontram-se a decorrer contra o Grupo diversas acções interpostas por terceiros, cujos montantes e desfechos não são conhecidos à data de preparação das demonstrações financeiras, estimando-se responsabilidades àquela data de 1.058.215 Euros. Na opinião do Conselho de Administração e dos advogados do Grupo, não se prevê que dessas acções venham a resultar responsabilidades de valores significativos, que não se encontrem cobertas por provisões registadas nas demonstrações financeiras em

31 de Dezembro de 2005.

2.20. Outros credores e acréscimos e diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2005	31.12.2004
Outros credores	4.389.998	4.751.689
Acréscimos de custos:		
Remunerações a liquidar	3.940.329	4.405.587
Prémio acumulado de jogo	776.599	761.672
Juros a liquidar	137.865	147.528
Outros	1.025.500	1.870.009
	5.880.293	7.184.796
Proveitos diferidos:		
Deduções fiscais (Nota 1.23)	19.078.342	18.784.471
Outros	772.317	799.396
	19.850.659	19.583.867
Total	30.120.950	31.520.352

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os “Outros credores” respeitavam essencialmente a adiantamentos de 3.380.000 Euros, feitos por clientes relacionados com contratos promessa de compra e venda de inventários.

3. Quadro e notas explicativas relacionadas com a demonstração dos resultados

Anexo à Demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2005 e 2004

Valores expressos em euros



3.1. Proveitos operacionais

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os proveitos operacionais têm o seguinte detalhe:

	31.12.2005	31.12.2004
Vendas	624.898	557.723
Prestações de serviços:		
Receita de jogo	177.870.801	173.645.031
Restauração e animação cultural	6.822.990	7.088.462
Outros serviços	11.530	94.664
Perdas de imparidade	(540.287)	(1.304.486)
Reversão de perdas de imparidade	1.363.811	-
Descontos e abatimentos	(570.655)	(475.622)
	184.958.190	179.048.049
Proveitos suplementares	1.462.772	2.174.285
Subsídios à exploração	3.361.762	2.580.204
Outros proveitos operacionais:		
Deduções fiscais (Nota 1.23)	3.000.680	3.340.032
Ganhos em activos fixos tangíveis	1.977.514	13.111
Outros	4.512	3.229.588
	4.982.706	6.582.731
Total	195.390.328	190.942.992

3.1.1. Relato por segmento de negócio

A identificação dos segmentos reportáveis pelo Grupo assenta na combinação das diferenças nos serviços e diferenças nos quadros legais. Estes segmentos são consistentes com a forma como o Grupo analisa o seu negócio. Assim, tendo em consideração os factores acima mencionados, o Grupo identificou os seguintes segmentos reportáveis:

Concessão: neste segmento estão considerados a Estoril Sol III e a Varzim Sol que exploram as concessões de jogo no Estoril e na Póvoa de Varzim, respectivamente.

Restauração: inclui o rédito obtido na actividade de restauração, nomeadamente pela empresa participada Mandarim Sol.

Comuns e outros: inclui as restantes empresas participadas que não foram consideradas nos segmentos anteriores.

As transacções entre segmentos são registadas segundo os mesmos princípios das transacções com terceiros. As políticas contabilísticas de cada segmento são as mesmas do Grupo.

Os proveitos operacionais por segmento de negócio em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 são como segue:

Anexo à Demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2005 e 2004

Valores expressos em euros

	2005					
	Concessão	Restauração	Comuns e outros	Total dos segmentos	Eliminações	Total consolidado
Vendas	624.030	867	-	624.898	-	624.898
Prestações de Serviços:						
Receita de jogo	177.870.801	-	-	177.870.801	-	177.870.801
Restauração e animação cultural	6.050.625	984.046	-	7.034.671	(211.681)	6.822.990
Outros serviços	11.530	-	-	11.530	-	11.530
Perdas de Imparidade	(540.287)	-	-	(540.287)	-	(540.287)
Reversão de perdas de imparidade	1.363.811	-	-	1.363.811	-	1.363.811
Descontos e abatimentos	(570.655)	-	-	(570.655)	-	(570.655)
	184.185.825	984.046	-	185.169.871	(211.681)	184.958.190
Proveitos suplementares	1.380.921	408	81.443	1.462.772	-	1.462.772
Subsídios à exploração	3.361.762	-	-	3.361.762	-	3.361.762
Outros proveitos operacionais:						
Deduções fiscais (Nota 1.23)	3.000.680	-	-	3.000.680	-	3.000.680
Ganhos em activos fixos tangíveis	20.498	2.750	1.954.266	1.977.514	-	1.977.514
Outros	4.512	-	-	4.512	-	4.512
	3.025.690	2.750	1.954.266	4.982.706	-	4.982.706
Total	192.578.228	988.071	2.035.709	195.602.009	(211.681)	195.390.328

	2004					
	Concessão	Restauração	Comuns outros	Total dos segmentos	Eliminações	Total consolidado
Vendas	484.075	3.817	69.831	557.723	-	557.723
Prestações de Serviços:						
Receita de jogo	173.645.031	-	-	173.645.031	-	173.645.031
Restauração e animação cultural	6.352.522	953.322	-	7.305.844	(217.382)	7.088.462
Outros serviços	94.664	-	-	94.664	-	94.664
Perdas de Imparidade	(1.304.486)	-	-	(1.304.486)	-	(1.304.486)
Reversão de perdas de imparidade	-	-	-	-	-	-
Descontos e abatimentos	(475.622)	-	-	(475.622)	-	(475.622)
	178.312.109	953.322	-	179.265.431	(217.382)	179.048.049
Proveitos suplementares	1.971.542	415	202.328	2.174.285	-	2.174.285
Subsídios à exploração	2.580.204	-	-	2.580.204	-	2.580.204
Outros proveitos operacionais:						
Deduções fiscais (Nota 1.23)	3.340.032	-	-	3.340.032	-	3.340.032
Ganhos em activos fixos tangíveis	-	-	13.111	13.111	-	13.111
Outros	-	392	3.229.196	3.229.588	-	3.229.588
	3.340.032	392	3.242.307	6.582.731	-	6.582.731
Total	186.687.962	957.946	3.514.466	191.160.374	(217.382)	190.942.992

Anexo à Demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2005 e 2004

Valores expressos em euros



3.1.2. Relato por segmentos geográficos

Os proveitos operacionais por mercado geográfico em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 são como segue:

	31.12.2005			31.12.2004		
	Estoril	Póvoa de Varzim	Total	Estoril	Póvoa de Varzim	Total
Vendas	305.510	319.388	624.898	252.028	305.695	557.723
Prestações de Serviços:						
Receita de jogo	127.066.560	50.804.241	177.870.801	126.094.090	47.550.941	173.645.031
Restauração e animação cultural	4.809.585	2.013.405	6.822.990	4.843.533	2.244.929	7.088.462
Outros serviços	8.238	3.292	11.530	85.117	9.547	94.664
Perdas de Imparidade	(540.287)	-	(540.287)	(1.304.486)	-	(1.304.486)
Reversão de perdas de imparidade	1.363.811	-	1.363.811	-	-	-
Descontos e abatimentos	(546.084)	(24.571)	(570.655)	(475.363)	(259)	(475.622)
	132.161.823	52.796.367	184.958.190	129.242.891	49.805.158	179.048.049
Proveitos suplementares	1.353.063	109.709	1.462.772	1.955.713	218.572	2.174.285
Subsídios à exploração	2.040.113	1.321.649	3.361.762	2.104.640	475.564	2.580.204
Outros proveitos operacionais:						
Deduções fiscais (Nota 1.23)	2.397.454	603.226	3.000.680	2.414.725	925.307	3.340.032
Ganhos em activos fixos tangíveis	1.977.514	-	1.977.514	13.111	-	13.111
Outros	4.512	-	4.512	3.229.588	-	3.229.588
	4.379.480	603.226	4.982.706	5.657.424	925.307	6.582.731
Total	140.239.989	55.150.339	195.390.328	139.212.696	51.730.296	190.942.992

3.2. Custos com pessoal e órgãos sociais

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os custos com pessoal e órgãos sociais foram como seguem:

Remunerações:	31.12.2005	31.12.2004
Órgãos Sociais		
Assembleia Geral	499	-
Conselho de Administração	2.519.824	2.392.608
Conselho Fiscal	36.202	32.769
Conselho Consultivo	128.509	128.904
	2.685.034	2.554.281
Pessoal		
Salários e outros custos com pessoal	23.100.258	23.201.870
Encargos sobre remunerações	12.717.843	10.717.545
	35.818.101	33.919.415
	38.503.135	36.473.696

Os honorários dos Revisores Oficiais de Contas foram:

2004	2005
63.300 Euros	75.500 Euros

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o número médio de pessoal ao serviço das empresas incluídas na consolidação detalha-se como segue:

Anexo à Demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2005 e 2004

Valores expressos em euros

Empresas	31.12.2005			
	Pessoal dirigente	Pessoal administ.	Comercial e outros	Total
Estoril Sol SGPS, S.A.	9	15	4	28
Estoril Sol (III) - Turismo, animação e Jogo, S.A.	8	86	644	738
Varzim Sol - Turismo, Jogo e Animação, SA	7	22	296	325
Estoril Sol Hoteis II, S.A.	-	-	-	-
Datasol-Informática no Turismo, Lda.	-	-	-	-
Mandarim Sol - Restauração, SA	2	2	20	24
Estoril Sol - Investimentos Hoteleiros, SA	-	-	-	-
Total	26	125	964	1.115

Empresas	31.12.2004			
	Pessoal dirigente	Pessoal administ.	Comercial e outros	Total
Estoril Sol SGPS, S.A.	11	9	6	26
Estoril Sol (III) - Turismo, animação e Jogo, S.A.	7	61	741	809
Varzim Sol - Turismo, Jogo e Animação, SA	7	22	329	358
Estoril Sol Hoteis II, S.A.	-	1	-	1
Datasol-Informática no Turismo, Lda.	-	1	-	1
Mandarim Sol - Restauração, SA	3	1	21	25
Estoril Sol - Investimentos Hoteleiros, SA	-	-	1	1
Total	28	95	1.098	1.221

3.3. Resultados financeiros

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os resultados financeiros foram como seguem:

	31.12.2005	31.12.2004
Ganhos e perdas em empresas do grupo e associadas:		
Perdas em empresas associadas (Nota 2.8)	-	(81.023)
Ganhos em empresas associadas	48.769	-
	48.769	(81.023)
Outros custos financeiros:		
Juros suportados	(5.575.370)	(4.397.691)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(798)	(2.125)
Outros custos financeiros	(3.835.519)	(6.555.983)
	(9.411.687)	(10.955.799)
Outros proveitos financeiros:		
Juros obtidos	42.719	7.396
Diferenças de câmbio favoráveis	9.726	11.142
Descontos de pronto pagamento obtidos	22.240	26.380
Outros proveitos financeiros	29.395	10.962
	104.080	55.880
Resultados financeiros	(9.258.838)	(10.980.942)

3.4. Tributação do Grupo Estoril Sol

Embora a maioria das empresas do Grupo Estoril Sol estejam sujeitas ao Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, o Grupo é essencialmente tributado em sede de Imposto sobre o Jogo, como resultado da exploração dos Casinos da Póvoa de Varzim e Casino do Estoril.

O imposto sobre o jogo representa 50% do valor das receitas brutas do jogo, deduzido de benefícios fiscais atribuídos pelo Estado, nomeadamente, através da dedução fiscal realizada em financiamentos obtidos para a aquisição de activos tangíveis e intangíveis

Anexo à Demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2005 e 2004

Valores expressos em euros



(Nota 1.23) e dedução de despesas anuais realizadas com a animação e promoção turística. Nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o montante de imposto sobre o Jogo ascendeu a 88.931.752 Euros e 84.603.708 Euros, respectivamente (Nota 3.1).

No exercício findo a 31 de Dezembro de 2005 o Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ascendeu a 77.213 Euros.

3.5. Resultado por acção

O resultado por acção, dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, foi calculado como segue:

	31.12.2005	31.12.2004
Resultado por acção:		
Resultado líquido para efeito de cálculo dos resultados por acção	3.185.481	(712.393)
Número total de acções	11.993.684	11.993.684
Número de acções próprias	(34.900)	(34.900)
Número médio ponderado de acções para efeitos de cálculo do resultado por acção diluído	11.958.784	11.958.784
Resultado por acção básico	0,27	(0,06)
Resultado por acção diluído	0,27	(0,06)

4. Empresas incluídas no perímetro da consolidação

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as empresas incluídas na consolidação são as seguintes:

	2005	2004
Detidas directamente pela Estoril Sol, S.G.P.S, SA (Holding):		
Estoril Sol III, SA	100%	100%
Varzim Sol, SA	100%	100%
Estoril Sol Investimentos Hoteleiros, SA	90%	90%
Datasol - Informática no Turismo, Lda	100%	100%
Estoril Sol Hotéis II, SA	100%	100%
Sociedade de Empreendimentos Santa Susana, SA	100%	100%
ESSAL - Comércio Alimentar, SA	100%	100%
Estoril Sol Imobiliária, SA	100%	100%
DTH - Desenvolvimento Turístico e Hoteleiro, SA	100%	100%
Disco Sol, SA	100%	100%
Varzimgeste, SA	100%	100%
Estoril Sol V, SA	100%	100%
Imobiliária D. Luís, SA	100%	100%
Estorilsol e Mar, SA	100%	100%
Chão do Parque, SA	90%	90%
Imobiliária Casal S. José, SA	100%	100%
Mandarim Sol, SA	100%	100%
Chão do Golfe, SA	-	100%

ESTORIL SOL (III) - TURISMO, ANIMAÇÃO E JOGO, S.A , com sede na Rua Melo e Sousa, 535, no Estoril, não possui qualquer participação nas empresas consolidadas e é filial da empresa-mãe, na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

VARZIM SOL – TURISMO JOGO E ANIMAÇÃO, S.A., com sede no Largo do Passeio Alegre - 4491 Póvoa do Varzim, é detida em 11.19% pela Varzimgeste - Investimentos e Participações, S.G.P.S, S.A e o restante pela Estoril Sol, SGPS, S.A. Por conseguinte, é filial da empresa-mãe na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho. A denominação social anterior era “SOPETE – SOCIEDADE POVEIRA DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.

ESTORIL SOL – INVESTIMENTOS HOTELEIROS, S.A., com sede no Hotel Estoril Sol, décimo sexto andar, Parque de Palmela, Estrada Marginal, em Cascais, não possui qualquer participação nas empresas consolidadas e é filial da empresa - mãe, na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

DATASOL - INFORMÁTICA NO TURISMO, LDA., com sede na Rua Melo e Sousa, 535, no Estoril, não possui qualquer participação nas empresas consolidadas e é filial da empresa-mãe, na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

ESTORIL SOL HOTÉIS II, S.A., tem sede na Rua Melo e Sousa, 535 no Estoril, não possui qualquer participação nas empresas consolidadas e é filial da empresa-mãe, na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS SANTA SUSANA, S.A., com sede na Rua Melo e Sousa, 535, no Estoril, não possui qualquer participação nas empresas consolidadas e é filial da empresa-mãe, na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

ESSAL - COMÉRCIO ALIMENTAR, S.A. com sede na Rua Melo e Sousa, 535, no Estoril, não possui qualquer participação nas empresas consolidadas e é filial da empresa-mãe, na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

ESTORIL SOL IMOBILIÁRIA, S.A. com sede na Rua Melo e Sousa, 535, no Estoril, não possui qualquer participação nas empresas consolidadas e é filial da empresa-mãe, na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

DTH - DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E HOTELEIRO, S.A. - com sede na Rua da Vitória, 42 - 3º Esq., Lisboa, não possui qualquer participação nas empresas consolidadas e é filial da empresa-mãe, na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

DISCO - SOL, HOTELARIA E ANIMAÇÃO, S.A. - com sede na Rua Melo e Sousa, 535, no Estoril, não possui qualquer participação nas empresas consolidadas e é filial da empresa-mãe, na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

VARZIMGESTE - INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, S.G.P.S., S.A. - com sede na Rua Melo e Sousa, 535, no Estoril, possui uma participação de 11,19% na Varzim Sol – Turismo, Jogo e Animação, SA e é filial da empresa-mãe na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

ESTORIL SOL (V) – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A., com sede no Hotel Estoril Sol, décimo sexto andar, Parque de Palmela, Estrada Marginal, em Cascais, não possui qualquer participação nas empresas consolidadas e é filial da empresa - mãe, na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

IMOBILIÁRIA D. LUÍS, S.A., com sede no Hotel Estoril Sol, décimo sexto andar, Parque de Palmela, Estrada Marginal, em Cascais, não possui qualquer participação nas empresas consolidadas e é filial da empresa - mãe, na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

ESTORILSOL E MAR – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A., com sede no Hotel Estoril Sol, décimo sexto andar, Parque de Palmela, Estrada Marginal, em Cascais, não possui qualquer participação nas empresas consolidadas e é filial da empresa - mãe, na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

CHÃO DO PARQUE – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A., com sede no Hotel Estoril Sol, décimo sexto andar, Parque de Palmela, Estrada Marginal, em Cascais, não possui qualquer participação nas empresas consolidadas e é filial da empresa - mãe, na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

IMOBILIÁRIA CASAL S. JOSÉ, S.A., com sede no Hotel Estoril Sol, décimo sexto andar, Parque de Palmela, Estrada Marginal, em Cascais, não possui qualquer participação nas empresas consolidadas e é filial da empresa - mãe, na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

MANDARIM SOL - RESTAURAÇÃO, S.A., com sede no Hotel Estoril Sol, décimo sexto andar, Parque de Palmela, Estrada Marginal, em Cascais, não possui qualquer participação nas empresas consolidadas e é filial da empresa - mãe, na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

5. Alterações ocorridas no perímetro de consolidação

As alterações ocorridas no perímetro de consolidação no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 resultaram da alienação da Chão do Golfe - Sociedade de Investimentos Imobiliários S.A.. Até 31 de Dezembro de 2004 esta empresa tinha sido incluída no consolidado pelo método integral.

Nas notas do anexo, que evidenciam movimentos nas rubricas de balanço ocorridos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, foi incluída uma linha denominada “Alteração do perímetro de consolidação”, a qual reflecte as alterações na composição do conjunto das empresas incluídas na consolidação supra referidas.

6. Garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as garantias bancárias prestadas pelo Grupo eram como segue:

Entidade beneficiária	Finalidade	31.12.2005	31.12.2004
IGJ	Imposto sobre o jogo	26.568.809	19.568.809
DGCI	Reembolso do IVA	-	1.067.990
Ministério Administração Interna	Autorização para o exercício de segurança privada	56.410	74.820
Câmara Municipal de Lisboa	Casino de Lisboa	534.956	-
Supremo Tribunal Administrativo	Processos judiciais em curso	42.897	42.897
Petrogal	Fornecimento combustíveis	12.969	12.969
Direcção Geral do Tesouro	Impostos reclamados	7.999	-
Parque Expo 98	Escritura compra e venda	-	8.800.000
Tribunal Trabalho	Execução fiscal	82.739	-
Camara Municipal do Porto	Licenças diversas	-	24.940
Camara Municipal de Cascais	Execução fiscal	31.970	106.127
LTE	Fornecimento energia	60.371	51.547
Diversos	Garantir a efectividade do contrato de venda de activos imobiliários	13.761.496	13.790.000
Total		41.160.616	43.540.099

7. Primeira aplicação dos IFRS

O Grupo adoptou os IFRS em 2005, aplicando para o efeito o IFRS1 – First Time Adoption of International Financial Reporting Standards, sendo a data de transição para efeitos da apresentação destas demonstrações financeiras 1 de Janeiro de 2004.

Os principais ajustamentos efectuados nas demonstrações financeiras em resultado da conversão para IFRS são como segue:

Ajustamentos:

- Despesas de instalação e investigação e desenvolvimento:

De acordo com os IFRS, as despesas de instalação são reconhecidas directamente em resultados no momento em que são incorridas. De acordo com o POC, as despesas de instalação deverão ser inicialmente reconhecidas como activo incorpóreo e amortizadas linearmente por resultados.

De acordo com os IFRS, as despesas referentes à fase de investigação de um qualquer projecto são reconhecidas directamente em resultados quando incorridas e as despesas referentes à fase de desenvolvimento podem ser inicialmente reconhecidas como um activo e amortizadas por um determinado período, desde que seja possível provar a existência de benefícios económicos futuros gerados pelo respectivo projecto. De acordo com o POC, as despesas de investigação e desenvolvimento podem ser inicialmente reconhecidas como activo intangível e amortizadas por um determinado período, desde que o projecto a elas associado se tenha materializado.

- Amortização do goodwill:

De acordo com os IFRS, o goodwill gerado na aquisição de investimentos financeiros não é amortizado, sendo objecto de análise periódica de imparidade. De acordo com o POC, o goodwill é amortizado regularmente por resultados, sendo também objecto de análise periódica de imparidade. O IFRS 1 estabeleceu que para efeitos de aplicação desta regra a data de transição é 1 de Janeiro de 2004, pelo que o ajustamento efectuado comprehende a reversão das amortizações efectuadas após essa data.

Reclassificações:

-Os interesses minoritários são evidenciados no capital próprio;

-As propriedades de investimento são evidenciadas numa rubrica autónoma;

-Diversas naturezas, anteriormente registadas em custos diferidos são reclassificadas para outras rubricas de activos e passivos;

-Reclassificação dos custos e proveitos extraordinários para outras rubricas da demonstração dos resultados;

O efeito nos Balanços em 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2004, da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal (“POC”) para as demonstrações reexpressas em conformidade com as IFRS em vigor em 1 de Janeiro de 2005, pode ser detalhado como segue:

Anexo à Demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2005 e 2004

Valores expressos em euros

	01.01.2004			31.12.2004		
	(IFRS)	Efeitos de transição	(POC)	(IFRS)	Efeitos de transição	(POC)
ACTIVOS						
Activos não-correntes						
Activos intangíveis	-	(12.643)	12.643	-	(5.427)	5.427
Act. tangíveis não revers. p/ o Estado	1.862.264	(110.724.742)	112.587.006	27.284.957	(96.883.487)	124.168.444
Act. tangíveis revers. para o Estado	93.776.855	93.776.855	-	83.236.110	83.236.110	-
Propriedades de investimento	275.267	275.267	-	265.512	265.512	-
Prop. industrial e outros direitos	167.571.240	(30.148.678)	197.719.918	158.206.821	(36.010.965)	194.217.786
Goodwill	10.557.847	(5.492.053)	16.049.900	9.496.168	(5.439.898)	14.936.065
Direitos de exploração	52.872	52.872	-	41.357	41.357	-
Investimentos em associadas	487.365	-	487.365	406.342	-	406.342
Pré-pagamentos	338.843	-	338.843	3.429	-	3.429
Activos detidos para venda	355.889	355.889	-	355.889	355.889	-
Activos intangíveis em curso	30.000.000	12.904.064	17.095.936	30.486.701	(10.033.217)	40.519.919
Total de activos não correntes	305.278.442	(39.013.169)	344.291.611	309.783.287	(64.474.125)	374.257.411
Activos correntes						
Inventários	34.971.692	24.124.160	10.847.532	32.273.078	21.467.105	10.805.973
Contas a receber comerciais e outras	2.328.706	-	2.328.706	2.392.814	-	2.392.814
Outros deved. e acresc.e diferim.	2.509.620	(3.152.817)	5.662.437	2.789.430	(3.242.157)	6.031.587
Pré-pagamentos	446.395	-	446.395	237.807	-	237.807
Caixa e equivalentes de caixa	9.180.952	-	9.180.952	9.202.792	-	9.202.792
Total de activos correntes	49.437.365	20.971.343	28.466.022	46.895.921	18.224.948	28.670.973
Total dos activos	354.715.807	(18.041.826)	372.757.633	356.679.208	(46.249.177)	402.928.385
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVOS						
Capital e reservas						
Capital emitido	59.968.420	-	59.968.420	59.968.420	-	59.968.420
Acções próprias	(455.445)	-	(455.445)	(455.445)	-	(455.445)
Reservas	50.634.977	-	50.634.977	50.636.730	-	50.636.730
Resultados transitados	(26.162.447)	(28.514.728)	2.352.281	(47.057.756)	(28.513.602)	(18.544.154)
Resultado líquido consolidado	(20.894.688)	-	(20.894.688)	(712.343)	(7.936.432)	7.224.089
Capital próprio atribuível a accionistas	63.090.817	(28.514.728)	91.605.545	62.379.606	(36.450.034)	98.829.641
Interesses minoritários	928.610	928.610	-	887.507	887.507	-
Total do capital próprio	64.019.427	(27.586.118)	91.605.545	63.267.114	(35.562.527)	98.829.641
Interesses minoritários	-	(928.610)	928.610	-	(887.507)	887.507
PASSIVOS						
Passivos não correntes:						
Empréstimos obtidos	154.637.573	(2.874.404)	157.511.977	154.507.811	(2.492.814)	157.000.625
Contas a pagar comerciais e outras	42.772.797	17.493.273	25.279.524	35.583.255	(4.051.225)	39.634.481
Obrigação de benefícios de reforma	7.911.751	350.104	7.561.647	7.720.068	350.104	7.369.964
Provisões p/outros riscos e encargos	3.582.651	(69.934)	3.652.585	2.199.714	(93.245)	2.292.959
Total de passivos não correntes	208.904.772	14.899.039	194.005.733	200.010.849	(6.287.180)	206.298.029
Passivos correntes:						
Contas a pagar comerciais e outras	47.168.672	(4.426.137)	51.594.809	56.840.150	-	56.840.150
Empréstimos obtidos a curto prazo	153.940	-	153.940	4.932.414	-	4.932.414
Adiantamentos de clientes	65.373	-	65.373	108.329	-	108.329
Outros credores e acresc. e difer.	34.403.623	-	34.403.623	31.520.352	(3.511.962)	35.032.314
Total de passivos correntes	81.791.608	(4.426.137)	86.217.745	93.401.245	(3.511.962)	96.913.207
Total do capital próprio e passivos	354.715.807	(18.041.826)	372.757.633	356.679.208	(46.249.177)	402.928.385

Anexo à Demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2005 e 2004

Valores expressos em euros



Os principais impactos nos capitais próprios do Grupo Estoril Sol com referência a 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2004 relativamente à conversão das demonstrações financeiras para IFRS podem ser detalhados, por natureza, como segue:

(Montante expresso em Euros)	01.01.2004	31.12.2004
Capitais próprios POC com interesses minoritários	92.534.155	99.717.148
Ajustamentos aos prémios das concessões do jogo	(25.141.949)	(25.141.949)
Imparidade de Goodwill	(796.859)	(796.859)
Activos detidos para venda	(2.144.309)	(2.144.309)
Responsabilidades com pensões	(350.104)	(350.104)
Outros efeitos	(81.507)	(80.381)
Diferencial de resultado líquido entre POC e IFRS	-	(7.936.432)
Capitais próprios IFRS com interesses minoritários	64.019.427	63.267.114

Os principais impactos no resultado líquido do Grupo Estoril Sol com referência a 31 de Dezembro de 2004 relativamente à conversão das demonstrações financeiras é como segue:

(Montante expresso em Euros)	31.12.2004
Resultado líquido POC com interesses minoritários	7.182.986
Ajustamentos aos prémios das concessões do jogo	(8.116.856)
Outros ajustamentos	180.424
Diferencial de resultado líquido entre POC e IFRS	(7.936.432)
Resultado líquido IFRS com interesses minoritários	(753.446)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
e
RELATÓRIO DE AUDITORIA
(Contas individuais)

INTRODUÇÃO

1. Nos termos das legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas Demonstrações Financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 da Estoril Sol, SGPS, S.A., - Sociedade Aberta -, as quais compreendem: O Balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 230.123.335 euros e um total de capital próprio de 121.416.443 euros, incluindo um resultado líquido de 4.795.514 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Estoril Sol, SGPS, S.A., - Sociedade Aberta -:

- a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
- b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
- c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
- e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas informações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Estoril Sol, SGPS, SA – Sociedade Aberta - em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

8. É também nosso parecer que o Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para as situações seguintes:

- a) As responsabilidades por pensões de reforma de administradores jubilados e em exercício, está calculada em 7.251.275,00 euros. As provisões constituídas cobrem integralmente esta responsabilidade, conforme referido no ponto n.º 31 do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
e
RELATÓRIO DE AUDITORIA
(Contas individuais)

- b) Existem créditos sobre empresas do grupo, com capitais próprios negativos, no montante de cerca de 31.518.000,00 euros, não provisionados. Notamos que tais empresas se encontram abrangidas pela situação prevista no art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais. Conforme referido no “Relatório de Gestão”, os Conselhos de Administração dessas empresas continuam a ponderar a adopção das medidas preconizadas naquele normativo, delas dependendo a continuidade das operações das mesmas.
- c) Conforme referido no ponto 8 do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados não foi efectuada a amortização do “good-will” apurado na compra do capital da Varzim Sol, face às conclusões do estudo de imparidade efectuado.

Lisboa, 29 de Março de 2006

Lampreia & Viçoso, SROC
Registada na CMVM nº 7873
representada por
José Martins Lampreia (ROC nº 149)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
(Contas individuais)

Senhores Accionistas,

Nos termos das disposições legais aplicáveis e do contrato social, cumpre-nos submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre o relatório de gestão, a informação financeira própria, constante do balanço, das demonstrações de resultados, do anexo e ainda de outras demonstrações financeiras, bem como proposta de aplicação de resultados, tudo documentos apresentados pelo Conselho de Administração da Estoril Sol, SGPS, SA, - Sociedade Aberta - relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

1- RELATÓRIO

1.1- O Conselho Fiscal acompanhou, no decurso do exercício, a actividade da empresa. Manteve contactos com o Conselho de Administração e com outros responsáveis da sociedade, que sempre se disponibilizaram a prestar todos os esclarecimentos solicitados.

1.2- O Conselho Fiscal efectuou as análises e verificações que lhe estão cometidas e que considerou necessárias nas circunstâncias. Notou também a manutenção de acções próprias em carteira.

1.3- O relatório de gestão descreve as políticas seguidas, a actividade económica e financeira, os condicionalismos envolventes relativos ao exercício em apreço e as perspectivas de evolução face à conjuntura.

1.4- As contas individuais, integrando o balanço, as demonstrações de resultados, o respectivo anexo e outras demonstrações financeiras estão de acordo com os registos contabilísticos e com as normas legais aplicáveis.

1.5- Apreciámos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, elaborados pelos Revisores Oficiais de Contas, que merecem a nossa concordância.

1.6- O Conselho Fiscal ponderou a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

2 - PARECER

Face ao exposto somos de parecer que se encontram em situação de serem aprovados:

2.1 -O relatório de gestão, balanço e as contas individuais relativos ao exercício de 2005;

2.2- A proposta de aplicação de resultados.

Estoril, 30 de Março de 2006

O Conselho Fiscal
Lampreia & Viçoso, SROC
representada por
José Martins Lampreia

José Carlos Correia Estorninho

Mário Pereira Pinto

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
e
RELATÓRIO DE AUDITORIA
(Contas consolidadas)

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, da Estoril Sol, SGPS, S.A. – Sociedade Aberta, as quais compreendem: O Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 374.774.441,00 euros e um total de capital próprio de 66.560.111,00 euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 3.185.481,00 euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Estoril Sol, SA, - Sociedade Aberta -:

- a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e adequada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, os seus fluxos consolidados de caixa e as alterações no capital próprio;
- b) que a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS) e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
- c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
- e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração utilizadas na sua preparação;
- b) a verificação das operações de consolidação e a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- c) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita;

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma verdadeira e adequada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Estoril Sol, S.G.P.S., S.A. e as suas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
e
RELATÓRIO DE AUDITORIA
(Contas consolidadas)

subsidiárias em 31 de Dezembro de 2005, o resultado consolidado das suas operações os fluxos consolidados de caixa e as alterações no capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no ponto 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

ÊNFASES

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para as situações seguintes:

- a) A Empresa adoptou, pela primeira vez em 2005, na apresentação das suas demonstrações financeiras consolidadas, as IAS/ IFRS tal como adoptadas na União Europeia. No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas (Plano Oficial de Contabilidade – POC) para as IAS/IFRS, a Empresa seguiu os requisitos previstos na IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2004, pelo que a informação financeira consolidada reportada àquela data e ao exercício de 2004, anteriormente apresentada de acordo com o POC, foi reexpressa para as IAS/IFRS, para efeitos de comparabilidade. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foi seguida a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, e incluiram-se na Nota 7 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas as divulgações adicionais exigidas relativamente ao processo de transição para as IAS/ IFRS, tal como adoptadas na União Europeia.
- b) Encontram-se relevadas nas rubricas de “Activos fixos tangíveis não reversíveis para o Estado” e “Activos intangíveis em curso”, os custos incorridos com o novo “Casino de Lisboa”, no que respeita às despesas suportadas com a aquisição do edifício para instalação do Casino, parqueamento e inerentes obras em curso e extensão da concessão à filial Estoril Sol (III).
- c) Algumas empresas do grupo, incluídas no perímetro de consolidação, encontram-se abrangidas pela situação prevista no artº 35º do Código das Sociedades Comerciais, por apresentarem capital próprio inferior a 50% do capital social.
- d) Conforme referido nos pontos 1.25 e 2.18 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas existem responsabilidades, na empresa consolidante, com pensões de reforma de administradores jubilados e em exercício que estão calculadas em 7.251.275,00 euros. As provisões constituídas cobrem integralmente esta responsabilidade.
- e) Conforme referido no ponto 3.4 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, a principal actividade do grupo está sujeita a imposto de jogo, e, consequentemente, à não sujeição ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Por tal facto não se considerou, para efeitos de impostos diferidos, os prejuízos fiscais das empresas inseridas no regime especial de tributação de grupos de sociedades, face às dúvidas sobre o grau de recuperabilidade dos mesmos.

Lisboa, 29 de Março de 2006

Lampreia & Viçoso, SROC
Registada na CMVM n.º 7873
representada por
José Martins Lampreia (ROC n.º 149)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
(Contas individuais)

Senhores Accionistas,

Nos termos legais, cumpre-nos apresentar a V. Exas. o relatório da nossa acção fiscalizadora bem como o parecer sobre o balanço consolidado, e contas consolidadas e relatório consolidado de gestão, documentos elaborados pelo Conselho de Administração da Estoril Sol, SA, - Sociedade Aberta - relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

1- RELATÓRIO

1.1- Procedemos à análise das operações realizadas pela sociedade consolidante e acompanhámos as actividades do Grupo de empresas por ela liderado, quer directamente, quer através de esclarecimentos recolhidos junto da Administração e dos serviços. O Conselho Fiscal efectuou, ainda, as verificações consideradas necessárias nas circunstâncias.

1.2- Acompanhámos as acções desenvolvidas pela empresa, conducentes à apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS tal como adoptadas na União Europeia.

1.3- Apreciámos o relatório consolidado de gestão elaborado pelo Conselho de Administração que relata a actividade e situação do Grupo.

1.4- Não tomámos conhecimento de qualquer situação que pusesse em causa os preceitos legais aplicáveis.

1.5- O Conselho Fiscal analisou ainda a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre as contas consolidadas, documento emitido pelos Revisores Oficiais de Contas, que merece a sua concordância.

2 - PARECER

Face ao exposto somos de parecer que se encontram em condições de serem aprovados:

2.1-O relatório consolidado de gestão, balanço consolidado e contas do Grupo Estoril Sol, relativos ao exercício de 2005.

Estoril, 30 de Março de 2006

O Conselho Fiscal
Lampreia & Viçoso, SROC
representada por
José Martins Lampreia

José Carlos Correia Estorninho

Mário Pereira Pinto

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO GOVERNO DA SOCIEDADE

Declaração de cumprimento

A Estoril Sol, SGPS, S.A. cumpre no presente documento com a maioria das recomendações da CMVM relativas ao Governo das Sociedades com excepção da seguinte recomendação:

Atendendo a que as remunerações dos membros dos Conselhos de Administração das empresas do grupo são estabelecidas pela comissão de fixação de vencimentos (órgão em que estão representados os accionistas de referência e os pequenos accionistas) eleito em assembleia geral, e que o modelo de funcionamento do Conselho de Administração assenta na solidariedade colegial dos seus membros entende-se como mais adequada a divulgação do total das remunerações pagas.

I - Divulgação de Informação

1 - Estrutura Organizacional

A Empresa dispõe de um Conselho de Administração responsável pelas opções estratégicas das Empresas que constituem o Grupo Estoril Sol e acompanha de forma regular e estruturada as actividades das suas Associadas, dispondo para o efeito de um Serviço Técnico de apoio e uma Direcção de Auditoria Interna.

Dos órgãos sociais faz parte o Conselho Consultivo, constituído pelos Senhores: Américo Amorim, Rui José da Cunha e Fausto Correia, o qual tem como função emitir pareceres e opiniões sobre os assuntos que forem postos à sua consideração pelo Conselho de Administração ou pelo Órgão de fiscalização.

2 - Comissões específicas

Decorrente do seu objecto social (gestão de participações sociais) e das limitações legais daí resultantes, a Empresa tem como única actividade funções de holding. o Conselho de Administração acompanha regular e sistematicamente as administrações das associadas no rigoroso cumprimento dos contratos das concessões de jogo das zonas do Estoril e da Póvoa de Varzim e da legislação que regulamenta a actividade de jogo em casinos portugueses, na execução dos planos de actividade e no estudo e desenvolvimento dos novos investimentos, não tendo sido necessária, até ao momento, a constituição de comissões específicas.

3 - Controlo de Risco

As empresas associadas titulares de contratos de concessões de jogo, visando a prevenção e minimização de risco decorrente das suas actividades económicas, dispõem de Serviços especializados de supervisão responsáveis pelo cumprimento rigoroso das normas de segurança física de clientes, colaboradores e instalações, e ainda do cumprimento da legislação que regulamenta o sector de jogo em Casinos sendo de salientar que estas associadas tem uma fiscalização permanente feita pelo Estado através da Inspecção Geral de Jogos.

A empresa através das suas associadas encontra-se exposta a riscos financeiros. Com efeito, a prorrogação dos contratos de concessões no final de 2001 e mais recentemente a construção do Casino Lisboa implicaram acréscimo de endividamento de médio prazo que conjugado com variações das taxas de juro do mercado implicam acréscimos de custos financeiros com potenciais riscos de liquidez. Contudo, entendemos que o risco financeiro a que o grupo está exposto é limitado como se comprova pela ausência de quaisquer garantias patrimoniais ou pessoais dadas pelos accionistas na contratação das operações de financiamento.

4 - Descrição da evolução da cotação das acções

A Empresa tem dois accionistas de referência que em conjunto controlam directa e indirectamente cerca de 92% do capital social e dos respectivos direitos de voto. Assim, devido ao reduzido "free float", no decurso do exercício de 2005, foram transaccionadas em Bolsa apenas 40.328 acções da sociedade. A primeira cotação foi efectuada a 8,66 Euros e a cotação mínima foi de 6,60 Euros. A cotação máxima alcançada em 2005 ocorreu em Fevereiro, 9,49 Euros, e a última cotação de 2005 foi feita a 7,75 Euros.

A Empresa não procedeu a qualquer emissão de novas acções no exercício de 2005.

5 - Política de dividendos

O esforço financeiro decorrente da materialização dos investimentos realizados nas Empresas associadas, na modernização e expansão do Casino Estoril e na aquisição da Varzim Sol associado a uma política de salvaguarda da solidez financeira das empresas do Grupo tem moldado a política de dividendos da empresa.

Ciente de que a criação de valor de forma sustentada para os accionistas é um dos objectivos de gestão, tem sido compromisso da Administração nos últimos exercícios, no respeito da independência financeira da Empresa, a afectação de cerca de 30% dos Resultados Líquidos Anuais à distribuição de dividendos.

Contudo em face das elevadas necessidades de financiamento para materializar os investimentos relativos às prorrogações dos contratos de concessão do Estoril e da Póvoa de Varzim, bem como o valor do investimento do

**ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO
DO GOVERNO DA SOCIEDADE**



Casino Lisboa, sem que tenha sido solicitado qualquer esforço financeiro aos senhores accionistas, foi entendido pela Administração propor a suspensão em 2005 da referida política de distribuição de dividendos. A Assembleia Geral anual de 20 de Abril de 2006 deliberou a não distribuição de dividendos.

6 - Planos de atribuição de acções e/ou planos de atribuição opções de aquisição de acções.

A Sociedade não tem em execução qualquer plano de atribuição de acções e/ou planos de atribuição de opções de aquisição de acções.

7 - Negócios e operações entre a sociedade e os membros dos seus órgãos sociais

No decurso do exercício de 2005, não foram realizados negócios entre a sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, que não tenham sido realizadas em condições normais de mercado para operações similares e que façam parte da actividade corrente da sociedade.

8 - Apoio aos investidores

- A sociedade mantém ao dispor dos investidores um sitio na Internet (www.estoril-solsgps.com) através do qual divulga informação financeira relativa à sua actividade individual e consolidada, e "links" aos sites comerciais das suas associadas Estoril Sol III e Varzim Sol.
- O reduzido número de pedidos de informação sobre a vida da sociedade não tem justificado a criação de um gabinete de apoio ao investidor. A sociedade responde prontamente a todos os pedidos de informação que lhe são formulados.
- O representante da empresa para as relações com o mercado é o senhor Dr. José Luís Silva Pimentel de Carvalho cujos contactos são:
Praça José Teodoro dos Santos
2765-237 Estoril
Tel. 214667871
Fax. 214667963
Email: jpimentel@estoril-sol.com

9 - Comissão de Vencimentos

Dos Órgãos Sociais faz parte a Comissão de Fixação de Vencimentos a qual é constituída pelos senhores, Stanley Hun Sun Ho, Presidente do Conselho de Administração, Ambrose So, Administrador e João de Sousa Ventura, eleitos em Assembleia Geral de Accionistas..

10 - Remunerações pagas pela sociedade e demais empresas do grupo ao auditor.

No exercício de 2005, o auditor da sociedade e outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede suportada pela sociedade e/ou por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo, auferiu 75.500 Euros de honorários por serviços de revisão legal de contas, não tendo prestado quaisquer outros serviços.

II - Exercício de direito de Voto e Representação de Accionistas

A votação dos accionistas em Assembleias Gerais pode fazer-se presencialmente ou por representação, ou ainda por correspondência, nos termos legais.

A participação, representação e votação de accionistas nas Assembleias Gerais, obedece às seguintes regras gerais:

Têm direito a participar e votar na Assembleia Geral os accionistas que possuam pelo menos 100 (cem) acções, devendo apresentar na sociedade, até 5 (cinco) dias antes da data marcada para a reunião da Assembleia Geral, declaração, emitida e autenticada por intermediário financeiro, comprovativa de que as acções de que são titulares se encontram inscritas em contas de valores mobiliários escriturais.

Os accionistas com menos de 100 (cem) acções poderão agrupar-se de forma a completar o número exigido para o exercício do direito de voto e a fazer-se representar por um dos agrupados.

Os accionistas sem direito a voto poderão assistir à Assembleia Geral, mas não poderão usar da palavra ou por outra forma intervir nos trabalhos.

Qualquer accionista pode fazer-se representar na Assembleia Geral por outro accionista, por qualquer membro do Conselho de Administração ou pelo cônjuge, descendente ou ascendente do representado. Como instrumento de representação voluntária basta uma carta com assinatura dirigida ao Presidente da Mesa.

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO GOVERNO DA SOCIEDADE

Os accionistas com direito a voto nos termos acima referidos, poderão exercê-lo por correspondência, ou através de declaração por si assinada, onde manifestem, de forma inequívoca, o sentido do seu voto em relação a cada um dos pontos da ordem de trabalhos da assembleia.

A declaração de voto deve ser acompanhada de fotocópia legível do Bilhete de Identidade do accionista; no caso de accionista ser pessoa colectiva, a declaração de voto deverá ser assinada por quem a represente, com a assinatura reconhecida notarialmente nessa qualidade.

As declarações de voto, acompanhadas dos elementos referidos no parágrafo anterior, deverão ser inseridas em envelope fechado, endereçado ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, apresentadas em mão nas instalações da Administração da sociedade, ou aí recebidas, através de correio registado, até 5 (cinco) dias antes da data marcada para a reunião da Assembleia Geral.

III - Regras Societárias

Controlo das actividades

A sociedade dispõe de um Gabinete de Auditoria Interna que tem como missão quer na sociedade quer nas empresas associadas, avaliar de forma independente e sistemática o sistema de controlo interno instituído, examinar os procedimentos operacionais internos e o cumprimento das normas, e propor medidas que considere necessárias para colmatar eventuais deficiências do sistema de controlo interno.

Limites ao exercício dos direitos de voto, direitos especiais, acordos parasociais
Não existem quaisquer limites estatutários ao exercício do direito de voto, nem accionistas titulares de direitos especiais.

A sociedade não tem conhecimento da existência de acordos parasociais.

Contudo, existem restrições à transmissibilidade de acções que resultam do estatuído na Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/99 (2ª série) publicada no D.R. 11 série n.º 184 de 9 de Agosto de 1999, que obriga a sociedade a respeitar os requisitos previstos no art.º 17º do D.L. n.º 422/89, de 2 de Dezembro que a seguir se transcreve:

" 1 - Os capitais próprios das sociedades concessionárias não poderão ser inferiores a 30% do activo total líquido, devendo elevar-se a 40% deste a partir do sexto ano posterior à celebração do contrato de concessão, sem prejuízo do respectivo capital social mínimo a ser fixado, para cada uma delas, no decreto regulamentar a que se refere o artigo 11º.

2 - Pelo menos 60% do capital social serão sempre representados por acções nominativas ou ao portador, em regime de registo, sendo obrigatória a comunicação à Inspecção-Geral de Jogos pelas empresas concessionárias de todas as transferências da propriedade ou usufruto destas no prazo de 30 dias após o registo no livro próprio da sociedade ou de formalidade equivalente.

3 - A aquisição, a qualquer título, da propriedade ou posse de acções que representem mais de 10% do capital ou de que resulte, directa ou indirectamente, alteração de domínio das concessionárias por outrem, pessoa singular ou colectiva, carece de autorização do membro do Governo responsável pela área do turismo, sob pena de os respectivos adquirentes não poderem exercer os respectivos direitos sociais.

4 - Se o adquirente das acções for pessoa colectiva, poderá a autorização condicionar a transmissão à sujeição da entidade adquirente ao regime do presente artigo.

5 - O decreto regulamentar a que se refere o artigo 11º poderá impedir ou limitar a participação, directa ou indirecta, no capital social de uma concessionária por parte de outra concessionária ou concessionárias, sendo nulas as aquisições que violem o disposto naquele diploma."

Órgão de Administração

1 - Caracterização do órgão de administração

- O Conselho de Administração é composto por três a onze administradores, sem distinção entre administradores executivos e não executivos, em número ímpar, accionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral.
- O mandato dos administradores é de quatro anos, sendo o ano de eleição considerado como um ano civil completo, não existindo restrição à reeleição dos administradores.
- O Conselho de Administração reúne com maioria simples de administradores, possuindo todos os seus membros iguais direitos de voto e sendo as deliberações do C.A tomadas por maioria de votos.
- O Conselho de Administração reuniu 9 vezes no exercício de 2005.
- Os actuais membros do Conselho de Administração foram eleitos em nome individual por proposta conjunta dos accionistas de referência.

O Conselho de Administração da Sociedade é actualmente composto por nove membros.

**ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO
DO GOVERNO DA SOCIEDADE**



Presidente - Dr. Stanley Hung Sun Ho, Vice-Presidente - Dr. Mário Assis Ferreira (Independente); Vogais - Sr. Ambrose So, Sr. Patrick Huen, Sr. António José Pereira (Independente), Sr. Choi Man Hin, Eng. António José de Melo Vieira Coelho, Dr. Vasco Esteves Fraga (Independente), e o Dr. Jorge Armindo Teixeira.

Indica-se a seguir os membros do Conselho de Administração e as funções de gestão que exercem em 2005 noutras sociedades:

STANLEY HUNG SUN HO

Em Macau

Presidente

Seng Heng Bank

Nam Van Development Company, S.A.

Teledifusão de Macau

Macau Jockey Club

Sociedade de Turismo e Desenvolvimento Insular, S.A.

Vice Presidente

CAM - Macau International Airport Company

Presidente do Conselho de Administração

Macau Yat Yuen Canidrome Company, Ltd.

Fundador e Administrador - STDM, SARL

Administrador Delegado

SJM - Sociedade de Jogos de Macau, S.A.

Em Hong Kong

Presidente Executivo

Shun Tak Holdings, Ltd.

Presidente

Melco International Development, Ltd.

Aberdeen Restaurant Enterprises, Ltd.

Vogal do Conselho de Administração

East Asia Airlines, Ltd.

Hong Kong Express Airways, Ltd

Em Portugal

Presidente

STDM - Investimentos Imobiliários, S.A.

Presidente do Conselho de Administração

Credicapital, SGPS, S.A.

Estoril Sol, SGPS, S.A.

Finae, SGPS, S.A.

Finansol, SGPS, S.A.

Fundaçao Stanley Ho

Oriente, SGPS, SA

Posse, SGPS, S.A.

SEGAL - Sociedade Gestora da Alta de Lisboa. SA

STDP - Soc. Transnacional Desenvolvimento de Participações, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração

Guinor - Companhia de Desenvolvimento Imobiliário, SGPS, S.A.

MÁRIO ALBERTO NEVES ASSIS FERREIRA

Presidente do Conselho de Administração

Chão do parque - Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A.

Disco-Sol - Hotelaria e Animação, S.A.

DTH - Desenvolvimento Turístico e Hoteleiro, S.A

ESSAL - Comércio Alimentar, S.A.

Estoril Sol - Investimentos Hoteleiros, S.A.

Estoril Sol Hoteis II - Actividades Hoteleiras, S.A.

Estoril Sol III - Turismo, Animação e Jogo, S.A.

Estoril Sol Imobiliária, S.A.

Estoril Sol V - Investimentos Imobiliários, S.A.

EstorilSol e Mar - Investimentos Imobiliários, S.A.

Imobiliária Casal S. José, .A.

Imobiliária D. Luís, S.A.

Sociedade de Empreendimentos Imobiliários Santa Susana, S.A.

Varzim Sol - Turismo, Jogo e Animação, S.A.

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO GOVERNO DA SOCIEDADE

Varzimgeste - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.
Varzimgeste - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.
Vice-Presidente
Estoril Sol, SGPS, S.A.
Vogal do Conselho de Administração
Parques do Tamariz - Soc. Exploração de Parques de Estacionamento, S.A.

AMBROSE SO

Em Portugal

Presidente do Conselho de Administração
Brightask - Gestão e Investimentos, S.A.
Ondex - Telecomunicações e Electrónica, S.A.
Portline - Trsnaportes Marítimos Internacionais, S.A.
Vogal do Conselho de Administração
ANMAIA - Clube de Golfe de Marvão, S.A.
Credicapital , SGPS, S.A.
Estoril Sol, SGPS, S.A.
Finansol, S.A.
Guinor - Companhia de Desenvolvimento Imobiliário, SGPS, S.A.
POSSE, SGPS, S.A.
SGAL - Sociedade Gestora do Alto do Lumiar, S.A.
STDM - Investimentos Imobiliários, S.A.

Gerente

Guinchotel - Actividades Hoteleiras, Lda.
IMO 12 - Gestão Mobiliária e Imobiliária Unipessoal, Lda.
STDM - Gestão de Investimentos, Lda.

Em Macau

Presidente do Conselho de Administração
MACAUPORT - Sociedade de Administração de Portos, SARL
Vogal do Conselho de Administração
Banco Seng Heng, S.A.
Macau Fisherman's Wharf - Companhia de Investimento Internacional, S.A.
Macau Horse Racing Co., Ltd.
Millennium - Instituto de Educação, S.A.
Sociedade de Empreendimentos NAM VAN, SARL
Sociedade de Investimento Predial Hong Hock, S.A.
Sociedade de Jogos de Macau, S.A.

Em Hong Kong

Vogal do Conselho de Administração
Shun Tak Holdings, LTD.

Na China

Presidente do Conselho de Administração
Tianjin Hexin Development Co., Ltd.
Vogal do Conselho de Administração
Shanghai Central Land Estate, Ltd.
Shanghai Hongyi Real Estate Development Co., Ltd
Shanghai Hua Tian Property Developments, Ltd.

WUEN WING MING PATRICK

Em Portugal

Vogal do Conselho de Administração
Brightask - Gestão e Investimentos, S.A.
Credicapital, SGPS, S.A.
Estoril Sol, SGPS, S.A.
Finansol, S.A.
Guinor - Companhia de Desenvolvimento Imobiliário, SGPS, S.A.
POSSE, SGPS, S.A.
SGAL - Sociedade Gestora do Alto do Lumiar, S.A.

Gerente

Guinchotel - Actividades Hoteleiras, Lda.
IMO 12 - Gestão Mobiliária e Imobiliária, Unipessoal, Lda.
STDM - Gestão de Investimentos, Lda.

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO GOVERNO DA SOCIEDADE



Em Macau

Vogal do Conselho de Administração
Banco Seng Heng, S.A.
CAM - Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, SARL
King Power Lojas Francas (Macau), SARL
MACAUPORT - Sociedade de Administração de Portos, SARL
Millennium - Instituto de Educação, S.A.

Membro do Conselho Fiscal

Macau Fisherman's Wharf - Companhia de Investimento Internacional, S.A.

Em Hong Kong

Vogal do Conselho de Administração
Shun Tak Holdings, Ltd.

Na China

Vogal do Conselho de Administração
Shanghai Central Land Estate, Ltd.
Shanghai Hua Tian Property Developments, Ltd.
Tianjin Hexin Development Co. Ltd.

ANTÓNIO JOSÉ PEREIRA

Vice Presidente do Conselho de Administração
Azarmenor, S.A.
Vogal do Conselho de Administração
Estoril Sol, SGPS, S.A.
Varzimgeste - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.
Gerente
Datasol - Informática no Turismo, Lda.

CHOI MAN HIN

Presidente do Conselho de Administração
Mandarim Sol Restauração, S.A.
Vogal do Conselho de Administração
AMMAIA - Clube de Golfe do Marvão, S.A.
BRIGHTASK – Gestão de Investimentos, S.A.
Credicapital, SGPS, S.A.
Disco Sol Hotelaria e Animação, S.A.
DTH - Desenvolvimento Turístico e Hoteleiro, S.A.
ESSAL - Comércio Alimentar, S.A.
Estoril Sol Hoteis II - Actividades Hoteleiras, S.A.
Estoril Sol III - Turismo, Animação e Jogo, S.A.
Estoril Sol Investimentos Hoteleiros, S.A.
Estoril Sol, SGPS, S.A.
Finansol, SGPS, S.A.
Oriente, SGPS, S.A.
Sociedade de Empreendimentos Imobiliários Santa Susana, S.A.
STDM - Investimentos Imobiliários, S.A.
STDP, S.A.
Varzim Sol - Turismo, Animação e Jogo, S.A.
Gerente
Guinchotel - Actividades Hoteleiras, Lda.
Imapex - Soc. Construções e Investimentos Imobiliários, Lda.
IMO-DOZE - Gestão Mobiliária e Imobiliária Unipessoal, Lda.
IMO-OITO - Sociedade de Investimentos Imobiliários, Lda.
STDM - Gestão de Investimentos, Lda.

ANTÓNIO JOSÉ DE MELO VIEIRA COELHO

Vogal do Conselho de Administração
Chão do Parque - Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A.
ESSAL - Comércio Alimentar, S.A.
Estoril Sol - Investimentos Hoteleiros, S.A.
Estoril Sol e Mar - Investimentos Imobiliários, S.A.
Estoril Sol III - Turismo, Animação e Jogo, S.A.
Estoril Sol Imobiliária, S.A.
Estoril Sol V - Investimentos Imobiliários, S.A.

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO GOVERNO DA SOCIEDADE

Estoril Sol, S.A.
Imobiliária Casal S. José, S.A.
Imobiliária D. Luís, S.A.
Sociedade de Empreendimentos Imobiliários Santa Susana, S.A.
STDM - Investimentos Imobiliários, S.A.

VASCO ESTEVES FRAGA

Vogal do Conselho de Administração
Chão do Parque - Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A.
D.T.H. - Desenvolvimento Turístico e Hoteleiro, S.A.
Disco-Sol - Hotelaria e Animação, S.A.
Estoril Sol e Mar - Investimentos Imobiliários, S.A.
Estoril Sol Hotéis III - Actividades Hoteleiras, S.A.
Estoril Sol III - Turismo, Animação e Jogo, S.A.
Estoril Sol Imobiliária, S.A.
Estoril Sol V - Investimentos Imobiliários, S.A.
Estoril Sol, SGPS, S.A.
Imobiliária D. Luís, S.A.
Quinta dos Goulões - Imobiliária, S.A.
Sociedade de Empreendimentos Imobiliários Santa Susana, S.A.
Varzim Sol - Turismo, Animação e Jogo, S.A.

JORGE ARMANDO TEIXEIRA

Presidente do Conselho de Administração
Amorim - Entertainment e Gaming Internacional, SGPS, SA
Amorim - Hotéis e Serviços, SGPS, SA
Amorim Turismo - Serviços e Gestão, SA
Amorim Turismo, SGPS, SA
Bingo Plus - Turismo e Animação, SA
CHT - Casino Hotel de Tróia, SA
Ebanus - Investimentos Imobiliários e Turísticos, SA
Fozpatrimónio, S.A.
Goldtur - Hotéis e Turismo, SA
Grano Salis - Inv. Turísticos, Jogo e Lazer, S.A.
HAVING - Investimentos Hoteleiros, S.A.
Hotel Turismo, SARL
IHP - Investimento Hoteleiro de Portugal, SA
Imofoz, SA
Mobilis - Hotéis de Moçambique, SARL
MPM, Lda
Notel - Empreendimentos Turísticos, SARL
Pinktur - Sociedade Imobiliária e Turística, S.A.
Portis - Hotéis Portugueses, SA
Portotel - Sociedade de Investimento e Gestão de Hotéis, SA
Postya - Serviços de Consultadoria, Lda
Prifalésia - Construção e Gestão de Hotéis, SA
Quioscaribe - Comercialização de Produtos Variados, S.A.
Return - Investimentos Hoteleiros e Jogo, SA
Royspa - Serviços de Consultadoria, Lda
SGGH - Serviços Gerais de Gestão Hoteleira, SA
SGGHM - Sociedade Geral de Hotéis de Moçambique, S.A.
Sociedade Figueira Praia, SA
SPI GH - Sociedade Portuguesa de Investimentos e Gestão Hoteleira, S.A.
Suncaribe - Gestão e Investimentos Hoteleiros, SA
Troia Península Investimentos, SGPS, SA
Turyleader, SGPS, SA
Upsite - Investimento Hoteleiro de Portugal, SA
Vatrya - Serviços de Consultadoria, Lda

**ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO
DO GOVERNO DA SOCIEDADE**



2 - Comissão Executiva

Ainda que o contrato de sociedade dê poderes ao Conselho de Administração para poder criar, nomear, definir competências e modo de funcionamento da Comissão Executiva, até à presente data a mesma Comissão não foi constituída.

3 - Funcionamento do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração reúne regularmente, com uma periodicidade, em princípio, mensal, e sempre que se considere existir matéria que o justifique.

Os Conselhos ocorrem em conformidade com um calendário previamente estabelecido e as respectivas agendas são previamente distribuídas a todos os membros do Conselho bem como as respectivas actas e documentos de suporte.

4 - Política de remunerações

Os membros do Conselho de Administração desta sociedade auferem remunerações fixas. O contrato de sociedade prevê a possibilidade das remunerações dos membros dos órgãos sociais consistirem em importâncias fixas e/ou em percentagens sobre os lucros do exercício.

5 - Remunerações dos membros do Conselho de Administração

No exercício de 2005, os membros do Conselho de Administração auferiram 371.242 Euros de remuneração fixa, e nas empresas do Grupo 2.148.582 Euros dos quais 1.536.578 Euros de remuneração variável.

Decorrente de anterior contrato de sociedade, alguns administradores actualmente em exercício, no termo da sua relação com a empresa auferirão pensões de reforma previamente estabelecidas. Esta responsabilidade está integralmente provisionada conforme consta da nota 31 das contas individuais da empresa.



**EXTRACTO DA ACTA Nº 78
DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS DA
ESTORIL SOL, SGPS, SA**

REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2006

Aos vinte dias de Abril de dois mil e seis, pelas quinze horas e trinta minutos, no Casino Estoril, Praça José Teodoro dos Santos, no Estoril, reuniu-se a Assembleia Geral de Accionistas da ESTORIL-SOL, SGPS, S.A., pessoa colectiva n.º 500.101.221, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais sob o n.º 53, com o capital social de 59.968.420,00 euros, com sede na Rua Melo e Sousa, n.º 535, no Estoril, sendo a Ordem de Trabalhos a constante da Convocatória que foi publicada e se transcreve na íntegra:-

-
1. Deliberar sobre o relatório de gestão e contas individuais da **ESTORIL-SOL, S.G.P.S., S.A.**, respeitantes ao exercício de 2005.-
 2. Deliberar sobre o relatório consolidado de gestão e contas consolidadas da **ESTORIL-SOL, S.G.P.S., S.A.**, respeitantes ao exercício de 2005.-
 3. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2005.-
-

Verificou-se ainda que se encontravam presentes accionistas representando 89,45% do capital social, detentores de 10.728.536 acções, a que correspondem 107.284 votos. Os accionistas presentes representavam mais de 50% do capital social, pelo que existia “quorum” suficiente para a Assembleia validamente reunir e deliberar nos termos estatutários.-

Em conformidade, o Presidente da Mesa declarou abertos os trabalhos, tendo ainda informado não haverem sido recebidos votos por correspondência.-

Depois de saudar os accionistas presentes e os membros dos corpos sociais, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral declarou que se não houvesse oposição de algum dos accionistas presentes, iria pôr à discussão, em conjunto, os Pontos 1 e 2 da Ordem de Trabalhos, embora se procedesse posteriormente à sua votação separada.-
Não se tendo manifestado, em sentido contrário, qualquer accionista, passou-se à discussão dos Pontos 1 e 2 da Ordem de Trabalhos.-

Como mais ninguém pretendesse usar da palavra sobre os pontos 1 e 2 da Ordem de Trabalhos, foram os mesmos postos à votação separadamente.-

O Relatório e Contas Individuais foram aprovados por maioria, com 21 votos contra do accionista Eurico Godinho e 120 votos contra do accionista Joaquim Carlos Caroço.-

O Relatório e Contas Consolidadas foram igualmente aprovados por maioria, com os votos contra dos mesmos accionistas.-

Passou-se de seguida à discussão do Ponto 3 da Ordem de Trabalhos, tendo o Secretário da Mesa da Assembleia Geral lido a respectiva proposta do seguinte teor:-

PONTO 3

PROPOSTA

O Conselho de Administração da **ESTORIL-SOL, SGPS, S.A.**, apresentou a proposta de aplicação de resultados que consta do seu Relatório de Gestão, a qual mereceu parecer favorável do Conselho Fiscal, que propõe a sua aprovação pela Assembleia Geral.

A proposta é a seguinte:

“Nos termos do disposto no Código das Sociedades Comerciais e nos Estatutos da Sociedade, propõe-se que o Resultado Líquido do exercício, positivo, no montante de €4.795.514,00, seja aplicado em:

Reserva Legal.....	239.775,70 €
Reservas Livres.....	4.555.738,30 €

Estoril, 4 de Abril de 2006

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Como nenhum outro accionista pretendesse usar da palavra, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria, com a abstenção do accionista António Alfredo Ferreira (55 votos) e 21 votos contra do accionista Eurico Godinho.-

**O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
(MIGUEL GALVÃO TELES)**

**O SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
(PAULO DE CASTRO VARZIELAS)**